Anais do 1º Seminário Nacional sobre Direitos Humanos, Diversidade e Meio Ambiente

APRESENTAÇÃO

O Centro Universitário de Patos - UNIFIP, por meio do Núcleo dos Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e Meio Ambiente, da Vice-Reitoria, da Pró-Reitoria Académica, da Pró-Reitoria do Ensino, do Núcleo de Atividades Complementares, do Núcleo de Responsabilidade Social, da coordenação do núcleo de Monitoria, da Coordenação da Comissão Própria de Avaliação, da Pró-Reitoria de Pós-Graduaçâo através da COOEX, de todos os núcleos institucionais do UNIFIP, assim como todas as coordenações de cursos, socializa com a comunidade acadêmica e a sociedade civil em geral o resultado da realização do **I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE DIREITOS HUMANOS**, **DIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE**, *sob o tema: DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL*, que aconteceu nos dias 19 e 20 de abril de 2022. De forma mais concreta, socializamos os trabalhos de pesquisas apresentados no evento no formato de resumos expandidos.

A iniciativa de organizar este evento institucional surge com a necessidade da criação do **Núcleo dos Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e Meio Ambiente**. A intenção é construir espaços que permitem debater e criar possibilidades permanentes de discussões referentes aos Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e Meio Ambiente.

O Seminário tem como objetivo criar espaços de discussões que permitam ampliar, socializar conhecimentos e analisar os diversos impactos da violação dos Direitos Humanos no Brasil e no mundo, bem como compreender os obstáculos que afetam o processo da educação das Relações Étnico-Raciais e defesa da sustentabilidade ambiental.

Cabe salientar também que além de professores (as), técnicos (as) administrativos (as) e estudantes ligados ao UNIFIP, o seminário contou com presença de professores (as) brasileiros de diferentes instituições e estados brasileiros, tais como a Universidade de Pernambuco/UPE representada pela Profa. Dra. Elizabeth Alcoforado; Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – Recife representado pelo desembargador Fábio André de farias; Associação Brasileira de Ouvidores representada pela Profa. Adriana Eugênia Alvim Barreiro, que é atualmente Presidente Nacional da Associação Brasileira de Ouvidores; a Universidade Federal de Pernambuco/UFPE representada pelos docentes: Profa. Dra. Luiza Reis – Coordenadora do Instituto de Estudos da África/IEAF/UFPE e Prof. Dr. Marco Antonio Lima do Bonfim – Professor Adjunto do Departamento de Letras (UFPE). Instituto Maria da Penha representado pela Profa. Ma. Regina Célia Almeida Silva Barbosa – Co-fundadora e Vice-Presidente do Instituto Maria da Penha.

O evento contou também com lançamento dos livros de seguintes autores: Prof. Dr. Arnaldo Sucuma. Título da Obra – O ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU: elementos estruturais, conjunturais e suas implicações no desenvolvimento das universidades guineenses. Prof. Ms. Flaubert Cirilo Jerônimo de Paiva. Título da Obra – DIDÁTICA TELEVISIVA E OS AGENTES DA NOTÍCIA: UMA ABORDAGEM NO TRATAMENTO DA IMAGEM DO PRESIDENTE Lula entre 2003 e 2005. Escritora Jacira Pontinta Vaz Monteiro. Título da Obra – O Estigma da Cor – como o racismo fere os dois grandes mandamentos de cristo. Profa. Larissa Cristine Gondim Porto. Título da Obra – Uma teoria sobre tolerância.

Em suma, o evento contribuiu para o processo de diálogo interdisciplinar entre os cursos, a 6ª Regional de Educação em Patos e outros setores da sociedade civil, visto que os temas que dialogam com direitos humanos, relações étnico-raciais e o meio ambiente são assuntos transversais, que perpassam todos os setores da vida social, profissional e acadêmica, seja de forma direta ou indireta. Assuntos como esses são extremamente importantes para o processo de formação humanística de novos profissionais e atores da sociedade civil em geral.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

ATO INFRACIONAL DE GRANDE REPERCUSSÃO NACIONAL E O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA ERA DA INFORMAÇÃO

Hanna de Moura Fernandes[1], André da Silva Ataíde[2], Danielle Marinho Brasil[3]

[1'2] Estudantes de graduação em Direito, [3] Professora do Curso de Direito da UNIFIP

Centro Universitário de Patos - UNIFIP

E-mail: hannafernandes@dir.fiponline.edu.br

Comunicação, Mídias Sociais e Tecnologia da Informação

Curso de Direito

INTRODUÇÃO

Na era da informação, as notícias ganham espaço, principalmente, aquelas consideradas trágicas. Propagar tragédias é um hábito popular tão comum, que dele surgiu o ditado "má notícia vem a cavalo". Com isso, não é surpreendente homicídios cometidos no âmbito familiar ganhem visibilidade nacional. A notícia-crime vira notícia de conhecimento geral. Os autores, as vítimas, todo o núcleo familiar, têm suas imagens expostas nos diversos canais de comunicação. Tendo isso em vista, o que prevalece: os direitos relativos à imagem e à privacidade da família ou os direitos comunicativos?

REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo está embasado no Curso de Direitos Humanos, de Valerio Mazzuoli e na legislação constitucional e infraconstitucional. Este fundamento deve estar contextualizado na introdução. Aqui deve estar o referencial teórico.

OBJETIVO

O presente trabalho pretende refletir sobre o direito à privacidade na era da informação, analisar precedentes judiciais relativos ao tema e demonstrar a aplicação do direito ao esquecimento em caso como o da situação em análise.

MÉTODO

O trabalho em apreço foi realizado pelos métodos dedutivo e monográfico, utilizando-se das técnicas de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental.

DOS DIREITOS COMUNICATIVOS

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

O acesso à Internet é considerado, pela ONU, um direito humano. Os meios de comunicação são os novos "espaços públicos" e, através deles, as pessoas emitem ideias, opiniões e pontos de vista diversos, de forma instantânea e em tempo real, propagando informações ou até "desinformações". Tais direitos são amparados pelo art. 220 da Constituição Federal, bem como pelo Marco Civil da Internet (Lei nº 12.954/2014). Porém, vale destacar que, segundo Mazzuoli, eles são direitos bifrontes, pois "permitem a expressão das ideias e opiniões ao tempo que resguardam os direitos dos que foram impactados pela veiculação da informação", ou seja, o limite da liberdade dos direitos comunicativos é o respeito à dignidade do outro.

ADOLESCENTE MATA MÃE E IRMÃO A TIROS

Visto isso, há homicídios de grande repercussão nas mídias; dentre eles, o cometido por um adolescente que, após ser proibido de usar seu celular, matou sua mãe e seu irmão a tiros e tentou contra a vida de seu pai. Depois disso, não demorou para que a notícia fosse propagada. Rapidamente, em sites jornalísticos, grupos de WhatsApp, entre outros meios de comunicação, o caso foi propagado, bem como, compartilhada uma foto dos membros da família: mãe, irmão (uma criança), ainda vivos, e pai, juntos. Como se isso não bastasse, o depoimento prestado pelo adolescente, ao delegado, vazou e foi compartilhado nas redes sociais por diversas pessoas. Com isso, o garoto foi submetido a um dos piores julgamentos possíveis: o feito pela sociedade. Assim, muitas pessoas, abarcadas pela liberdade de expressão e pelos direitos comunicativos, emitiram opiniões acerca da índole do jovem, da criação dada pelos pais, se o pai deveria perdoá-lo ou não, suposições sobre o estado mental do jovem e até sugestões de punições.

DOS DIREITOS DE IMAGEM E DE PRIVACIDADE

Visto o caso, é clara a violação dos direitos de imagem e de privacidade, tanto do adolescente quanto de sua família. Tais direitos estão dispostos no inciso X, do art. 5° da Constituição Federal, que assegura que "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação". Além disso, é importante destacar também o art. 247 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata de multa àqueles que divulgam, total ou parcialmente, documentos de procedimento policial relativo a adolescente investigado por ato infracional. Entretanto, ainda não existem meios eficazes de identificação de todos que tenham emitido comentários insultuosos ou que tenham compartilhado o áudio vazado, para que as possíveis indenizações e multas fossem prestadas.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

DO DIREITO AO ESQUECIMENTO

Diante de toda a repercussão do caso nas redes sociais, a história desse ato infracional está "marcada" na Internet, podendo ser acessada a qualquer momento, por qualquer pessoa. Assim, é necessário destacar o direito ao esquecimento. Este consiste na desconsideração de fatos passados que, trazidos à tona, podem constranger a pessoa e prejudicá-la em diversos ramos de sua vida (o afetivo, o econômico, o social, o emocional, entre outros), ferindo sua dignidade. Portanto, no caso avaliado, os dados expostos nas diversas mídias, poderiam ser apagados, visando à manutenção da dignidade dos atingidos. Tendo isso em vista, vale ressaltar que tal direito já foi invocado na justiça brasileira e, apesar de ainda ser pouco discutido, Mazzuoli mostra a decisão do STJ de que "a permissão ampla e irrestrita a que um crime e as pessoas nele envolvidas sejam retratados indefinidamente no tempo (...) pode significar permissão de um segundo abuso à dignidade humana(...)". Se isso é aplicado a crimes, também pode ser posto a casos de ato infracional. Nesse sentido, foi reconhecido, também, pelo STJ, que o " 'direito ao esquecimento' pode significar um corretivo (...) das vicissitudes do passado, seja de inquéritos policiais ou processos judiciais pirotécnicos e injustos, seja da exploração populista da mídia".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto o que foi exposto, conclui-se que, mesmo com os direitos comunicativos, os direitos à liberdade de expressão e de imprensa; a dignidade da pessoa humana deve prevalecer e, à família acometida por essa tragédia, bem como ao adolescente que cometeu o ato infracional, seja concedido o direito ao esquecimento, para que ele e o restante de sua família possam seguir em frente, sem reviver possíveis traumas.

PALAVRAS-CHAVE: internet; direitos comunicativos; direito ao esquecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direitos Humanos. 6. ed. São Paulo: Método, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 mar. 2022.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

AS RAÍZES CULTURAIS AFRICANAS E INDÍGENAS NO NORDESTE E A SUA INFLUÊNCIA NAS CIDADES COMTEMPORÂNEAS: UMA ABORDAGEM NO CENÁRIO DE CAICÓ-RN.

Sena, Júlio César Dantas Silva de[1]
Falcão, André Gonzaga[2]
Barbosa, Jéssica Cristine de Sousa [3]
Centro Universitário de Patos

juliodsena@gmail.com
GT: Educação e relações étnico-raciais
Curso: Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO

A palavra "cultura" tem significado bastante amplo e é bastante estudada no meio antropológico, visando analisar sociedades humanas passadas e atuais para entender a sua dinâmica e complexidade no que tange as crenças, conhecimentos e hábitos de cada povo ou grupo estudado. Oliver Sacks (2005) a define na seguinte frase: "cultura é um conceito holístico, e no seu bojo surgem culturas particulares", ou seja, subentendesse que cada realidade cultural denota de inúmeros trechos na ancestralidade de culturas únicas que refletem na arquitetura de cada local.

Segundo Canedo (2009) a definição do que é cultura envolve interesses multidisciplinares, passando pelas áreas da sociologia, história, comunicação, antropologia entre outras. O termo em latim *cultura* tem significados diversos, entre eles as ações primordiais como habitar, cultivar, proteger e honrar, remetendo os antepassados da civilização. Com o passar dos séculos e com a ampliação do conhecimento na área de ciências sociais, a palavra *cultura* adotou um sentido mais amplo e figurado envolvendo símbolos, crenças, ideologias e singularidades de cada povo ou grupo social.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, há uma enorme diversidade cultural. Com mistura de costumes nativo-americanos, dos colonos portugueses e de povos africanos trazidos no período da escravidão, além de outros grupos imigrantes que foram se espalhando pelo território brasileiro temos o que hoje é conhecido como a cultura brasileira, rica tanto em origens quanto em costumes, cores e sabores. Com base no passado colonialista houve o silenciamento dessas culturas, principalmente as nativo-americanas e africanas, essas de importante simbolismo para a diversidade cultural brasileira.

[1] Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UNIFIP.
[2] Doutorando em Ciências da Arte e do Patrimônio pela FBAUL, professor do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIFIP.
[3] Graduada em Psicologia pela Universidade Potiguar.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

De acordo com Cardoso (2007), a compreensão da sociedade brasileira como sendo multicultural retrata a diversidade étnica e cultural presentes no país, porém, também significa expor conscientemente que há uma desigualdade entre os diferentes grupos étnicos, de gênero e de diversas vertentes culturais.

Ainda de acordo com Cardoso (2007), a sociedade brasileira reflete o pluralismo em seu estado mais literal, sendo mais do que um simples mosaico de culturas, mas sim uma síntese intercultural, com laços já definidos e alguns em constante mudança desde o período colonial. Uma singularidade que consiste – Pelo menos na teoria – na aceitação das diferenças para transforma-las em um caráter universal.

OBJETIVOS

Se tem como objetivo de expor a riqueza cultural da comunidade estudada, com fins de promover um debate que abrange a diversidade cultural local, expondo suas influências e raízes, valorizando obras de artistas regionais e dando visibilidade à arte e a história da cidade. Nesse aspecto, tem-se como objetivo geral uma investigação do cenário do patrimônio histórico imaterial da cidade de Caicó-RN.

METODOLOGIA

O método de pesquisa desse trabalho é configurado como uma pesquisa qualitativa de acordo com Gerhardt e Silveira (2009), de natureza exploratória, utilizando de pesquisas bibliográficas sobre o local de estudo e com finalidade dissertativa.

Quanto à abordagem, é considerada como qualitativa pois se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, concentrando-se na área das ciências sociais por se tratar de um estudo diversas variáveis não numéricas como a relação do ambiente estudado com o espaço inserido, dinâmica das relações sociais, análise da cultura em específico no tema abordado pelo artigo, como crenças, valores e significados culturais. E quanto aos objetivos, são de caráter exploratório para proporcionar maior clareza e familiaridade com a problemática em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história do município de Caicó, como visto anteriormente está conectada as raízes indígenas do Seridó e à de alguns municípios do Estado da Paraíba. De origem étnica cariri os primeiros assentamentos na região deixaram marcas e registros que podem ser observados em algumas instalações públicas do município, por exemplo, o Museu do Seridó e a Casa da Cultura, esta última localizada dentro do centro histórico ao redor da Catedral de Sant'Ana, principal ponto de referência regional onde anualmente ocorre a

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

Festa de Sant'Ana, uma celebração religiosa, artística e musical com duração de uma semana abrangendo a culinária local e artistas da região.

A culinária caicoense é uma mescla dos costumes indígenas locais, da comunidade judaica e dos povos de origem africana trazidos pelos portugueses no Brasil-Colônia, também vale ressaltar que por ter sido um polo de grande influência na segunda metade do século XX, o município de Caicó conta com obras modernistas, como o Centro Educacional José Augusto (CEJA), mas grande parte da arquitetura antiga da cidade vem sido destruída pela falta de uma legislação municipal ao patrimônio histórico e uma revisão deverá ser aplicada antes de mais perdas irreparáveis à identidade cultural da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos diversos referentes bibliográficos e, também, em caráter de experiência dos autores do presente artigo, foi constatado a grande presença de manifestações culturais de caráter afro-indígena no patrimônio da cidade de Caicó e como grande parte da região nordeste brasileira, onde se reflete ao artesanato, festivais, culinária e outras expressões culturais.

PALAVRAS-CHAVE

Diversidade-cultural; Contexto-histórico; Caicó.

REFERÊNCIAS

CANEDO, Daniele. **"Cultura é o quê?" - Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos,** V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009. Disponível em: <http:/www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2022.

CARDOSO, S. M. V.; MUZZETI, L. R. **As dimensões da diversidade cultural brasileira.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 2, n. 1, p. 1–11, 2007. DOI: 10.21723/riaee.v2i1.451. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/451. Acesso em: 30 abr. 2022>.

GERHARDT, TE; SILVEIRA, DT. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SACKS, Oliver; WERTSCH, James V.; TEBEROSKY, Ana. **Cultura, aprendizagem e desenvolvimento**. Vol. 2. ed. 1, editora vozes, 2011.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

ANÁLISE DE DESEMPENHO TÉRMICO DO CONJUNTO HABITACIONAL RESIDENCIAL ITATIUNGA

Felipe, Gabriela Pereira[3] ; Medeiros, Luana Stephanie de[4]; Falcão, André Gonzaga[5]
Centro Universitário de Patos

gabrielafelipe1@arq.fiponline.edu.br
GT: Assentamentos humanos, desenvolvimento sustentável e a infraestrutura das cidades contemporâneas.
Curso: Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO

Considerando as mudanças climáticas no planeta, a busca por edificações sustentáveis, que proporcionem conforto ambiental aos seus usuários, além de serem eficientes energeticamente, tem se tornado a maior solução para minimizar os danos ao meio ambiente e os elevados custos com consumo de energia. Para isso, a aplicação da Arquitetura Bioclimática deve ser efetiva, abrangendo todas as classes sociais, incluindo as Habitações de Interesse Social.

REFERENCIAL TEÓRICO

A temperatura ideal do corpo humano é, em média, na casa dos 37 ºC, devendo se manter constante ou a níveis estreitos a isso, ainda que a temperatura externa varie. Quando exposto a altas ou baixas temperaturas, o corpo humano responde aos estímulos estressores através de mecanismos de regulação térmica, em que pode haver produção ou perda de calor, mantendo o corpo sempre estável (RODRIGUES, 2019).

A arquitetura tem o importante papel de oferecer condições térmicas de conforto compatíveis às necessidades humanas. Isso quer dizer que, além de atender às exigências pessoais, é imprescindível que a qualidade térmica do ambiente satisfaça às necessidades térmicas dos seus usuários (FROTA; SCHIFFER, 2006).

A Carta Bioclimática de Givoni, concebida em 1969, é o modelo mais atual que propõe adequações da arquitetura ao clima, adaptada para os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Através dos dados obtidos das variáveis de temperatura e umidade relativa do ar, é possível correlacioná-las e ter indicativos do tipo de estratégia projetual que poderá ser adotada em cada edificação, de cada localidade (LAMBERTS et al., 2014).

Após terem sido esclarecidos o conceito e o impacto do conforto térmico nas edificações, é importante ressaltar tipos de ferramentas, aplicados à bioclimatologia, que estabelecem recomendações de diretrizes construtivas e detalhamento de estratégias de condicionamento térmico passivo para cada zona bioclimática do território brasileiro. Neste sentido, a NBR 15.220 é uma das normativas que determina parâmetros técnicos de projeto para o melhor desempenho térmico de uma edificação, tanto em fase conceitual como em fase de construção ou pós-ocupação (NBR 15220, 2003, p. 2).

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o Conjunto Habitacional Residencial Itatiunga, na cidade de Patos/PB, identificando as falhas e deficiências projetuais que prejudicam o conforto térmico e a eficiência energética das habitações, de acordo com os parâmetros da NBR 15.220.

---

[3] Estudante de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
[4] Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIP (orientadora).
[5] Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIP.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

MÉTODOS

Este trabalho apresenta uma abordagem qualitativa acerca do desempenho térmico das habitações de interesse social do Conjunto Habitacional Residencial Itatiunga, em Patos/PB. Para tal, primeiramente, foram apresentados os condicionantes climáticos/ambientais da cidade de Patos/PB, para, posteriormente, se aferir a sua condição de desempenho térmico, tanto a partir de pesquisa bibliográfica, quanto de avaliação qualitativa das características arquitetônicas dos edifícios segundo critérios da NBR 15.220. Por fim, a partir dos dados coletados, foi realizado um comparativo entre aquilo que está prescrito em Norma (NBR 15.220) e aquilo que foi levantando nos estudos referenciais e/ou de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado, observou-se que o desempenho térmico do Conjunto Habitacional Residencial Itatiunga possui inúmeros problemas com o isolamento térmico e mau dimensionamento/especificação das características arquitetônicas que implicam em prejuízos na qualidade ambiental das habitações. O Residencial Itatiunga fica situado em uma região que apresenta clima quente e seco, temperaturas altas e umidade relativa do ar baixa. Assim, esta análise foi baseada nos parâmetros estabelecidos pela NBR 15.220, que determina diretrizes a fim de oferecer maior qualidade ambiental e eficiência energética às habitações, de acordo com cada zona bioclimática. A área em estudo classifica-se dentro da zona bioclimática 7. Deste modo, na análise, percebeu-se que a escolha das vedações externas (parede e coberta) nas habitações em estudo são caracterizadas como do tipo leves, o que implica em um baixo atraso térmico, havendo excessivos ganhos de calor. Salienta-se que a NBR 15.220 determina que as vedações do tipo pesadas são ideais para a zona bioclimática 7. Observou-se, também, displicência quanto às orientações das habitações, sendo replicadas um modelo padrão de habitação em diferentes orientações, o que implica em situações de conforto distintas. Os materiais das esquadrias também não favorecem a diminuição dos ganhos térmicos, pois o metal é bom condutor de calor, enquanto o vidro é extremamente transmissivo ao infravermelho. Além disso, o único elemento de sombreamento apresentado é um beiral de, aproximadamente, 50 cm, que não contribui com o sombreamento das casas. Em relação à cor, observou-se um padrão de amarelo e azul. Quanto ao entorno do conjunto habitacional, ficou evidente que as características deste – número de pavimentos, massa vegetal e pavimentação – não favorecem à minimização dos ganhos térmicos. O que ficou perceptível é que, como a maioria das habitações de interesse social construídas no Brasil, o projeto apresenta deficiências importantes no desempenho térmico das habitações, comprometendo, em muito, a inércia térmica desejada para a região e a capacidade de resfriamento do edifício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa ressaltou as falhas e deficiências projetuais apresentadas no Conjunto Habitacional Residencial Itatiunga, que prejudicam a eficiência energética e a qualidade de vida nas habitações (habitabilidade). Dadas as condições encontradas, supõe-se que os usuários dessas habitações enfrentam condições importantes de desconforto, fugindo do conceito de habitabilidade e qualidade de vida, além das orientações prescritas pela NBR 15.220. Isto implica em impactos no desempenho das atividades do cotidiano, bem como no bem-estar geral dos usuários, podendo, inclusive, ocasionar problemas de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Desempenho-térmico; Conforto; Qualidade-de-vida; Moradia.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15.220: Desempenho térmico de edificações: Zoneamento Bioclimático Brasileiro e Diretrizes Construtivas para Habitações Unifamiliares de Interesse Social. Rio de Janeiro, 2003.

FROTA, Anésia barros; SCHIFFER, Sueli Ramos. Manual de conforto térmico. São Paulo, 2006.

LAMBERTS, Roberto; DUTRA, Luciano; PEREIRA, Fernando O. R. Eficiência energética na arquitetura. 3. ed. Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, edmundo. Conforto térmico das construções. Disponível em: https://docplayer.com.br/34861295-3-fisiologia-da-homeotermia.html. Acesso em: 15 de Março de 2021.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

ARQUITETURA BIOCLIMÁTICA DO EDIFÍCIO ESCOLAR – UMA ANÁLISE DE CONFORTO TÉRMICO NA ESCOLA DIVA GUEDES DE ARAÚJO

Silva, Alefe John Damacena da[6]; Medeiros, Luana Stephanie de[7]; Falcão, André Gonzaga[8]
Centro Universitário de Patos

alefesilva1@arq.fiponline.edu.br
GT: Assentamentos humanos, desenvolvimento sustentável e a infraestrutura das cidades contemporâneas
Curso: Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO

O edifício escolar contribui muito mais com o aprendizado do aluno do que somente o corpo docente; isso se dá porque os usuários, além do propósito de aprendizagem, estão sujeitos às condições ambientais do edifício, prioritariamente, as de conforto térmico. Abordar, portanto, esta questão é primordial para entender as relações entre estresse térmico no ambiente edilício e a diminuição da capacidade de aprendizagem do aluno, tendo em vista a otimização de sua formação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A escola é a casa temporária de muitas pessoas e o ambiente escolar deve ser analisado tanto a partir da expressão pedagógica quanto da conformação arquitetônica compositiva do edifício, em harmonia com as características climáticas da região. Dessa forma, a arquitetura pode desempenhar uma dupla função: o abrigo para execução dos serviços pedagógicos e a melhoria na percepção das relações de aprendizagem.

Sabe-se que as edificações escolares também interagem com o meio, podendo absorver ou perder calor. Diante disso, o estudo do conforto ambiental torna-se chave para a implantação de estratégias que potencializam a iluminação natural, a ventilação dominante e o resfriamento passivo do edifício, visando sempre a maior economia de energia.

Tendo em vista que a sensação de conforto é uma variação que pode ser mensurada a partir de critérios adotados pela NBR 15.220, é possível recomendar "diretrizes construtivas e detalhamento de estratégias de condicionamento térmico passivo, com base em parâmetros e condições de conforto fixados" (NBR 15.220-3, 2003, p.02).

Neste sentido, para obtenção de um desenvolvimento mais sustentável, a análise minuciosa dos condicionantes ambientais favorece o bom desempenho climático/energético do edifício, otimizando as condições de aprendizagem.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo geral verificar como a arquitetura bioclimática pode interferir no conforto térmico de seus usuários, dada as condições ambientais da região, considerando-se, para tal, a análise da Escola Diva Guedes de Araújo, na cidade de Brejo dos Santos – PB.

---

[6] Estudante de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
[7] Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIP (orientadora).
[8] Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIP.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

MÉTODOS

A metodologia se constituiu de revisão de literatura, a respeito do conforto térmico, avaliando as condições climáticas da região, como: dados de temperatura do ar, umidade relativa do ar, ventilação, insolação, etc.; e características físicas do edifício, como: partido arquitetônico (forma e volume), orientação de fachadas, posicionamento e área das aberturas, massas vegetais e edificadas, elementos de proteção solar, cores e materiais constituintes da envoltória, tendo como base a NBR 15.220 (Desempenho térmico de edificações). Dadas as análises, emitiu-se um diagnóstico das condições térmicas encontradas no edifício.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que a Escola Diva Guedes de Araújo possui problemas de adequação climática à região, tendo, portanto, baixo rendimento térmico. Quando se considerou a influência do entorno, verificou-se que a malha urbana da cidade não tinha propriedades térmicas adequadas ao clima da região, sendo a estrutura viária larga e espaçosa, o que promoveu ganhos de calor pela intensa exposição solar das superfícies edificadas. Juntamente com a presença de pouca massa vegetal no entorno, esta característica desfavoreceu os ganhos de umidade no ar, aumentando potencialmente a temperatura no microclima do edifício.

Também ficou visível que a edificação tentou se adequar, em alguns aspectos, à realidade climática do sítio, promovendo o sombreamento de algumas fachadas, pela adoção de beirais prolongados. Porém, como a estratégia não foi aplicada de forma global, algumas fachadas tiveram ganho solar excessivo pelo contato direto com a radiação, principalmente na orientação Oeste.

A coberta também representou um fator de expressivo ganho térmico, já que não possuía proteção, constituindo-se como o emissor principal da radiação captada pela edificação – na ausência de laje, o calor não teve dificuldade para chegar ao usuário.

Apesar da maioria das aberturas se encontrarem direcionadas à ventilação dominante, as janelas apresentaram baixa permeabilidade, tendo, portanto, baixo índice de infiltração e renovação do ar, o que aumentou sensivelmente o estresse térmico dos alunos.

Portanto, chegou-se à conclusão que o edifício é notoriamente quente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo é uma contribuição dentro do desenvolvimento sustentável, à luz da Tecnologia do Ambiente Construído, especialmente na modalidade do Conforto Térmico das Edificações, e chama a atenção para uma característica pouco explorada arquitetonicamente que é a Sustentabilidade de edifícios escolares, no tocante aos gastos de energia para o menor estresse térmico em climas extremos, como é o caso do Sertão Paraibano. Ficou claro que a estrutura edilícia é pouco compatível com a realidade climática da região, condenando o edifício a um gasto exponencial de energia, por mecanismos de resfriamento ativo que tentam amenizar o estresse térmico vivido diariamente pelos usuários. Como resultado, houve também perda de eficiência/qualidade na relação ensino/aprendizagem, motivado por um ambiente termicamente desfavorável (muito quente). Diante disto, o estudo representa um aprofundamento e um convite para contribuições de pesquisa nesta região.

PALAVRAS-CHAVE: Conforto térmico; arquitetura bioclimática; ambiente escolar.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

REFERÊNCIAS

NBR 15.220: **Desempenho térmico de edificações**. Rio de Janeiro, 2003.

KOWALTOVSKI, Dóris. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino.** São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2011.

LAMBERTS, Roberto; DUTRA, Luciano; PEREIRA, Fernando. **Eficiência Energética na Arquitetura.** [3 ed.]. Rio de Janeiro, 2012.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

ARQUITETURA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: UM ESPAÇO PARA PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL NA CIDADE DE PATOS-PB

Filho, Eduardo Guedes de Medeiros[9]; Falcão, André Gonzaga[10]
Centro Universitário de Patos

arqandrefalcao@gmail.com
GT: Educação e relações étnico-raciais
Curso: Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO

É inegável o aumento das pessoas em situação de rua no Brasil atual. Estas pessoas se encontram em estado de vulnerabilidade social. Indivíduos considerados "vulneráveis sociais" perderam sua representatividade na sociedade devido à larga distância causada pelas desigualdades sociais e também pela falta de comprometimento das autoridades responsáveis por assistir esse grupo de pessoas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como resultado da expansão das cidades surgem vários fatores. Um deles sendo a exclusão territorial, causada pela organização do estado brasileiro, onde os centros urbanos têm sua melhor parte do solo destinada a elite enquanto a classe trabalhadora e menos favorecida se destina as periferias, ou denominada franjas da cidade (MARQUES, 2019). Diante desse crescimento exacerbado das cidades acontece as falhas sociais desse público. Os vulneráveis, são obrigados a viver perante a negação de seus direitos, sem ferramentas sociais e em moradias onde sua dignidade não é favorecida. Perante à desassistência de uma sociedade que parece não se importar com a integração e ressocialização desses cidadãos, grande parte das pessoas que estão inseridas em situações de vulnerabilidade social não possuem acesso básico a educação, saúde, saneamento básico e moradia, algumas delas vivendo em situação de rua (IPEA, 2017). Pessoas em situação de rua também apresentam uma problemática similar. O ano de 2016 mostra que atualmente no Brasil existe uma população de 101 mil pessoas vivendo nas ruas (IPEA, 2019). Entre maio de 2017 a junho de 2019 foi registrado quase que o dobro de moradores de rua na capital da Paraíba, João Pessoa, de 136 para 261 pessoas vivendo nas ruas (CORREIO DA PB, 2019), termina se envolvendo com drogas o que dificulta ainda mais sua reabilitação na sociedade. Segundo Do Carmo, Amanda et al (2010) o atendimento assistencial é essencial para o desenvolvimento de famílias e indivíduos que de alguma forma estão passando por situações de risco social e pessoal devido a negligência no acolhimento,

[9] Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UNIFIP.
[10] Doutorando em Ciências da Arte e do Patrimônio pela FBAUL, professor do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIFIP.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

maus tratos psicológicos e/ou físicos, abuso sexual, uso de substâncias, cumprimento de medidas socioeducativas e situação de rua. Diante do aumento da vulnerabilidade social, se faz necessário que os projetos arquitetônicos tenham uma visão voltada para as reais necessidades desse público. Os projetos arquitetônicos devem atender as expectativas das comunidades e dos educadores, em efetivar o ensino educacional e o acolhimento assistencial. A arquitetura serve como ferramenta para chamar a atenção da sociedade para o seu impacto como um elemento espacial, físico e de função social, auxiliando nas melhoras estruturais da sociedade (ROLEMBERG, 2019).

OBJETIVOS

Um anteprojeto arquitetônico de um espaço de acolhimento e convivência para pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social na cidade de Patos-PB.

METODOLOGIA

Em termos de metodologia divide-se em duas etapas. Pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa e caráter exploratório/descritivo. Elaboração de anteprojeto arquitetônico de acordo com o método de Neves (1989).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas pesquisas e na análise do terreno escolhido foi elaborado um anteprojeto de uma edificação pensado a ser instalado no centro da cidade de Patos-PB com o seguinte programa arquitetônico: Recepção com 5,75m² contendo Mesa, cadeiras, armário. Administração 9,45m² com Mesa, cadeiras, armário. Almoxarifado 3,60m² Estantes e armários. Salas atendimento 10,80m² Mesa, cadeiras, sofá, armário. Banheiro masculino e feminino 13,00m² 5 boxes com sanitários e 1 acessível. Salas de aula 37,50m² Cadeira/quantidade de alunos +1 acessível, data-show. Sala de oficina 27,00m² Cadeira/quantidade de alunos, Mesa, quadro, data-show. Refeitório 80,00m² Balcão, mesa, armários, fogão, pia. Biblioteca 85,00m² Estantes para livro, sofá, mesas e cadeiras, computadores. Dormitórios 20m² 02 camas, 02 mesas, 02 cadeiras, 01 armários e wc. Área social 1 150m² Cadeiras e bancos. Área social 2 20,50m² Cadeiras e bancos. Auditório 135m² Cadeiras, palco e data show. DML 2,70m² Armário. Área de serviço 2,00m² Tanque de roupa.

O centro está dividido em dois setores: Setor assistencial (térreo) é um espaço destinado para receber e realizar o primeiro acolhimento do usuário, sua triagem. Local composto por salas de atendimentos, sala de espera e banheiros. Devido a realidade vivida pelo público alvo se faz necessário um espaço apropriado para atendimentos psicológicos, clínicos e de cunho social. Setor educacional (1º andar) destinado a atividades de leitura, aulas, oficinas e alojamento. O partido e conceito do projeto foi inspirado no movimento

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

do abrir de um livro, onde foi retratado a passagem nas colunas de sustentação e na esquadria da biblioteca. O livro é a principal porta de conhecimento e sabedoria que o aluno pode adquirir, com isso objetiva-se chamar a atenção dos usuários para buscar se conectar mais com o espaço projetado e a desenvolver o conhecimento pela leitura, ajudando a mudar sua realidade social. O trabalho teve como foco a reintegração e capacitação desses grupos vulneráveis, criando um projeto arquitetônico que forneça espaços para acomodação temporária, alimentação, acompanhamentos clínicos, qualificação técnica através de oficinas e que atenda com as necessidades básicas desse grupo trazendo benefícios aos usuários e a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi pensado objetivando ser útil para sociedade e principalmente para àqueles que mais precisam readquirir sua dignidade e ter a possibilidade de inclusão no meio social. Por fim reforçamos a importância de se pensar na arquitetura social como uma ferramenta para alavancar a qualidade de vida das pessoas, e que a arquitetura e o urbanismo não sejam apenas uma forma de projetar e construir para o consumo, mas sim para mudar a vida das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE

Vulnerabilidade-social; Direitos-humanos; Inclusão; Arquitetura.

REFERÊNCIAS

DO CARMO, Amanda Silva et al. **CRAS um espaço de formação e capacitação dos jovens.** SEMINÁRIO INTEGRADO-ISSN 1983-0602, v. 4, n. 4, 2010.

MARQUES, Jéssika Vieira; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida. **Expansão urbana e exclusão territorial: A ocupação do jardim campos verdes– Cambé/PR.** Geographia Opportuno Tempore, v. 4, n. 3, p. 106-124, 2019.

NEVES, L. P. **Adoção do partido na arquitetura.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

ROLEMBERG, Juliane. **Arquitetura, pedagogia e um projeto de país.** 2019. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/909667/arquitetura-pedagogia-e-um-projetode-pais-o-sistema-s. Acesso em: 12 fev. 2020

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

ARQUITETURA EMERGENCIAL: PROTOTIPAGEM COMO ALTERNATIVA DE ABRIGO PARA REFUGIADOS

Medeiros, Rafaela Figueiredo de[11]; Falcão, André Gonzaga[12]
Centro Universitário de Patos

rafa.f.medeiros@gmail.com
GT: Assentamentos humanos, desenvolvimento sustentável e a infraestrutura das cidades contemporâneas.
Curso: Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO

Com o mundo cada vez mais interconectado e com eventos internacionais que buscam formas e estratégias em prol de minimizar os impactos negativos ao planeta e à sociedade, os eventos contraditórios ao que almeja a ONU se tornaram cada vez mais comuns. Vê-se conflitos entre etnias, religiões, de raça, de gênero, de teor político, econômico dentre tantos outros. Deste modo os grupos mais vulneráreis são obrigados a buscarem alternativas de nova vida em outras áreas ou países. Com isso é imprescindível a projeção de novos abrigos e espaços para os reassentamentos das famílias. Esses espaços devem ser obtidos de forma rápida, todavia atendendo às necessidades básicas de sobrevivência, para que assim consigam integrar-se à sociedade, tornando-se pessoas capazes de se auto sustentarem.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme os dados disponibilizados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), são 244 milhões de migrantes internacionais, só no ano de 2017, e dentre esses, são mais de 25,4 milhões de pessoas que foram forçadas a cruzarem fronteiras, tornando-se refugiados (ACNUR, 2016) (ONU, 2018). Ainda, vale ressaltar que essa condição há a impossibilidade de regresso a seu país de origem, tendo em vista o prejuízo à integridade do migrante forçado. Sendo assim, a integração com a nação que o recebe se faz de suma importância, considerando as necessidades básicas do refugiado para se manter e ser aceito de forma sustentável pela sociedade local.

Para então conceituar e regrar as condições dos refugiados, a ACNUR (S/D) cita a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) e o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados (1967), como os meios responsáveis, através dos quais são assegurados que qualquer pessoa no mundo, em caso de necessidade, possa exercer o direito de procurar e

[11] Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UNIFIP.
[12] Doutorando em Ciências da Arte e do Patrimônio pela FBAUL, professor do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIFIP. (orientador)

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

receber refúgio em outro país. De acordo com Carneiro (2012), ao incluir os direitos humanos como parte essencial do conceito, a Lei brasileira abriu amplos horizontes para a proteção das pessoas vítimas das migrações forçadas no mundo.

No Brasil, além das medidas internacionais anteriormente citadas, é cabível a Lei nº9.474/972, que abrange desde conceitos aos direitos e deveres do refugiado no Brasil. Há ainda alguns órgãos governamentais como o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e ongs como as Cáritas Arquidiocesanas de Rio de Janeiro e São Paulo e a Associação Antônio Vieira (ASAV), que assistem e ajudam os refugiados na integração com a sociedade.

OBJETIVOS

Compreender as necessidades emergenciais dos refugiados, em especial os venezuelanos que chegaram ao norte do Brasil, e traduzir em um espaço arquitetônico emergencial. Propor um abrigo para os refugiados, de montagem prática, sem a necessidade de mão de obra especializada.

METODOLOGIA

A metodologia do trabalho se divide em duas etapas. Os resultados da pesquisa se classifica, quanto a sua abordagem, em qualitativa, com caráter exploratório e dissertativo. E a segunda etapa a elaboração do projeto arquitetônico foi adotado o método de Neves (1989).

RESULTADOS

O conceito do projeto do abrigo de emergência para os refugiados venezuelanos se dá através da ideia de pertencimento de um lar e de acolhimento dos brasileiros para com eles, visto que se torna crucial na integração dos mesmos na sociedade. Ou seja, a idealização de um abrigo que atenda todas as necessidades básicas de uma forma segura, confortável e com privacidade. Além disso o projeto se alicerça na ideia de que os próprios moradores possam montar facilmente em poucas horas o seu próprio abrigo, sem a necessidade de mão de obra especializada.

A edificação proposta é um espaço de acolhimento para refugiados venezuelanos no Brasil. As propostas de abrigo de emergência A01 e A02 atendem um total de 4 e 6 pessoas respectivamente visando a integração de cada grupo de pessoas afim de terem privacidade, liberdade e segurança em seus abrigos. A disposição dos ambientes e as dimensões dos abrigos emergência A01 e A02 se deram, além das especificações de dimensões mínimas para acessibilidade, pela modulação da sua estrutura e da vedação do seu piso de compensado naval em 2,20 x 1,60m, para assim reduzir o desperdício de

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

material. O acesso principal se dá por uma rampa e uma escada de apenas dois degraus, em consequência da sua elevação em 0,30m do nível 0,00m. Ambos apresentam o mesmo programa de necessidades: área de convivência com sofá cama; cozinha e sala de jantar; WC acessível e dormitórios. Sendo distintos basicamente na área dos ambientes e na quantidade de dormitórios.

O anteprojeto de abrigo emergencial, voltado para os refugiados venezuelanos e inserido na zona bioclimática 8, visou abranger e atender uma maior parte do território brasileiro e que engloba o cenário do norte do Brasil, afim de viabilizar o deslocamento dos refugiados e da locação dos abrigos, tendo em vista que a maior parte dos refugiados entram no Brasil por Roraima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da explanação do cenário mundial dos refugiados e suas inúmeras dificuldades, insegurança e medo, além da sua impossibilidade de voltar para o seu país de origem, levando em consideração os seus conceitos e enfatizando a situação dos venezuelanos no Brasil, pensou-se numa solução prática para atender e suprir a essas necessidades de forma simples, dando oportunidade aos refugiados de recomeçar.

PALAVRAS-CHAVE

Direitos-humanos; Abrigo; Refugiados; Arquitetura.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Número de refugiados e migrantes venezuelanos chega a 3 milhões.** Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/2018/11/09/numero-de-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-chega-a-3-milhoes/. Acesso em: 16 fev. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997.** Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 10 mar. 2019.

CARNEIRO, W. P.; ROCHA, Janaína Matheus. **Reflexões sobre a Questão Racial e o Refúgio no Sistema Brasileiro.** In: RODRIGUES, Viviane (Org.). Direitos humanos e refugiados. Vila Velha/Espírito Santo: Nuares – Centro Universitário Vila Velha; ACNUR; IMDH, 2006.

NEVES, Laert Pedreira N518. **Adoção do partido na arquitetura I** – Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBa. Planejamento arquitetônico. I. Universidade Federal da Bahia. Centro Editorial e Didático. 11. Título. Salvador, BA, 1989.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

DIRETRIZES PROJETUAIS PARA A ARQUITETURA DESTINADA À CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Oliveira, Ilana Trindade de Araújo[13]; Bernardo, Marília Cavalcanti[14]; Falcão, André Gonzaga.
Centro Universitário de Patos

ilanatrindadea@gmail.com
GT: Saúde e Direitos humanos
Curso: Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por alterações com impacto em áreas como a comunicação, interação social, aprendizagem e adaptabilidade e apesar de se tratar de um tema importante, pouco é trabalhado na arquitetura e não se encontram espaços especializados as particularidades dessas crianças. Logo, esse trabalho abordou a arquitetura sensorial e reuniu diretrizes a fim de proporcionar uma melhor experiência para as crianças, diante suas necessidades ao utilizar o espaço construído.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo LEON (2002), "a conceitualização e classificação do autismo têm mudado nas últimas décadas". A palavra autismo, derivada do grego Autos que significa "por si mesmo" (ORRÚ, 2012), foi utilizada pelo psiquiatra suíço Paul Eugen Bleuler, em 1916, que descrevia a "fuga da realidade para um mundo interior", ao observar o comportamento de pacientes com "esquizofrenia infantil" que apresentavam sintomas, como falta de conexão emocional e ausência do instinto de integração social e com o ambiente, ainda na infância (SCHMIDT, 2014).

Atualmente o autismo é descrito como um distúrbio do desenvolvimento "com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação", vindo a ser identificado em crianças com poucos meses de vida, sendo o sexo masculino mais comum que o sexo feminino (MELLO, 2007).

Definido como Transtorno do Espectro Autista (TEA) na 5.a edição do Manual de Estatísticas e Diagnósticos de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria (DSM – V), onde se baseiam os critérios de análise usados para o

[13] Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UNIFIP.
[14] Doutorando em Ciências da Arte e do Patrimônio pela FBAUL, professor do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIFIP.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

diagnosticado através de estudos mais elaborados (SCHMIDT, 2014). No Brasil, leva-se em consideração a Classificação Internacional de Doenças (CID), atualmente em sua 11.a revisão, apresentada em 2019, que entrará em vigor em 2022 pela OMS.

Ambos classificam o TEA por sua grande variação na sintomatologia, em que os diagnósticos são feitos a partir da observação e descrição clínica das características comportamentais e psicológicas apresentadas, classificando a gravidade do grau do transtorno e colocando em prática intervenções para o tratamento *(Centers of Disease Control and Prevention)*, que são avaliados por profissionais especializados na área, como psicólogos, neuropediatras e psiquiatras. Podendo ter seu pré-diagnostico e encaminhamento para esses profissionais através de fonoaudiólogos (APA, 2013).

Então conforme os estudos de Mostafa (2008), os elementos arquitetônicos que vem a interferir e ajudar na percepção das crianças autistas são: textura, iluminação, sons, cores, dinamicidade, zoneamento, volumetria, mobiliário, identidade visual e legibilidade, conforto acústico, térmico e luminoso tanto natural como artificial.

OBJETIVOS

Reunir diretrizes para criação de espaços para crianças com transtorno do espectro autista.

METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa e caráter exploratório/descritivo a fim de apresentar diretrizes para criação de espaços para crianças com transtorno do espectro autista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na elaboração de um projeto o objetivo é promover o bem-estar, inclusão e acessibilidade, porém como visto até aqui, a arquitetura convencional promove desafios aos indivíduos com limitações sensoriais e cognitivas. Com base nas pesquisas, temos que buscar nos projetos para as crianças autistas a materialização das relações entre as partes e o edifício na totalidade, possibilitar a multifuncionalidade dos espaços a partir de recursos flexíveis, produzir espaços mais dinâmicos para ser possível explorar os aspectos sensoriais do indivíduo em interação com o meio (KHARE; MULLICK, 2009; MOSTAFA, 2008).

O zoneamento baseia-se nas percepções sensoriais do usuário, ao invés de serem estipuladas por zonas funcionais generalizantes devendo ser simples e de fácil compreensão para o estímulo da autonomia das pessoas com TEA (TRANCOSO; CAVALCANTE, 2017).

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

Os espaços devem ser de fácil reconhecimento podendo ser utilizado de formas ou cores nas paredes e piso nos espaços que fazem a transição de um ambiente para outro (BEAVER, 2006). Volume arquitetônico constituído de forma livre, desde que não interfira na funcionalidade e acessibilidade do espaço, sempre buscando estimular a independência dos autistas (LAUREANO, 2017).

O layout deve ser flexível, moldando-se as necessidades individuais e coletivas, estabelecendo um espaço seguro e funcional, e a amplidão dos ambientes possibilita a adaptabilidade dos mesmos e permite o ajuste das distâncias interpessoais pensando distâncias adequadas para o contato ou não-contato para promover a melhor experiência pensando nos diferentes níveis e particularidades do autismo (GIFFORD 1997 apud Barros et al. 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arquitetura tem um papel fundamental no desenvolvimento dos indivíduos desde sempre, sejam eles autistas ou não, como exposto no decorrer do trabalho. Após o entendimento da sensibilidade sensorial e da percepção do espaço das crianças com TEA, aliado as diretrizes projetuais direcionadas a proporcionar um espaço de convivência, aprendizagem, interação e integração para o desenvolvimento de atividades de forma individual ou coletiva, seja de lazer ou no cuidado de profissionais, aumentando a qualidade de vida e novas perspectivas às crianças.

PALAVRAS-CHAVE

Autismo; TEA; Inclusão; Arquitetura.

REFERÊNCIAS

BEAVER, C. Desingning Environventals for Children and Adults winth ASD. Autism Safari 2006; 2nd Word Autismo Congress & Exhibition Autismo Spectrum Disorder, 2006.

LAUREANO, Claudia de Jesus Braz; ZAPATEL, Juan Antônio; "um olhar arquitetônico para o autismo: um estudo de caso analisando ambientes de terapia sensorial voltados a crianças autistas". In: . São Paulo: Blucher, 2018.

MOSTAFA, Magda. An architecture for Autism: Concepts of Design Intervention for the Autismo User, 2008.

MOSTAFA, Magda. Capítulo 23 - Architecture for autism: Built environment performance in accordance to the autism ASPECTSS design index, Editor(s): Undurti Das, Neophytos Papaneophytou, Tatyana El-Kour, Autism 360°, Academic Press, 2019,

SCHMIDT (Org.), Carlos. Autismo, Educação e Transdisciplinaridade, 2014.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

O ASPECTO JURÍDICO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO

Kauanny Paula Batista Camboim[1]; Monara Michelly de Oliveira Cabral[2]
[1] Estudante de Graduação em Direito, [2] Professora do Curso de Direito UNIFIP
Centro Universitário de Patos

E-mail da Autora: Kauannycamboim@dir.fiponline.edu.br
Grupo de Trabalho: Educação e relações Étnico-Raciais
Curso: Direito

INTRODUÇÃO

A educação possui importância para a concretização de uma sociedade justa, pois é capaz de modificar um contexto social. Assim, o direito à educação ganhou destaque no art. 205 da CRFB/88, recebendo-a como direito fundamental social e público subjetivo, capaz de garantir a dignidade da pessoa humana.

Ao ser adotada a expressão étnico-racial para se referir a população negra brasileira, a Lei nº 9.394/96 estabeleceu maneiras de educação nacional, porém pouco se abordou sobre a questão étnico-racial. Após anos de luta dos movimentos sociais, em 2003 foi aprovada a Lei nº 10.639, que exigiu a cultura e história afro-brasileira no currículo das escolas públicas e privadas, do ensino fundamental até o ensino médio, em todo o país.

Conquanto, a aprovação da Lei n º 10.639/03 deve ser mais conhecida pelos educadores, pois é um processo de luta pela superação do racismo na sociedade brasileira, com protagonismo do Movimento Negro e demais grupos da luta antirracista. Logo, revela uma inflexão na postura do Estado, ao pôr em prática iniciativas e ações afirmativas na educação básica, que são modos de correção da desigualdade histórica sobre a população negra do país.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da queda da ditadura militar, a comunidade negra percebeu que, para ser considerado um cidadão de direitos, deveria lutar pelo reconhecimento da sua história. Desse modo, a articulação entre demanda social ampla e especificidade étnico-racial trouxe, junto ao Movimento Negro, a estratégia com os setores sociais, enfatizando as demandas do povo negro para chamar outros movimentos progressistas para a luta. Nesse momento, o conceito de etnia ganhou força para os ditos povos diferentes, como judeus e

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

índios, sob a intenção de enfatizar que grupos humanos não são marcados por características biológicas, mas por processos históricos e culturais (GOMES, 2005, p. 39-62).

É nesse contexto que a Lei nº 10.639/03 é entendida como medida de ação afirmativa, pois são políticas com projetos e práticas públicas e privadas, que visam à superação da desigualdade que atinge determinados grupos sociais – negros, mulheres, homossexuais, pessoas com deficiência. Essas ações só são passíveis de avaliação pois possuem caráter emergencial, sendo realizadas por meio de cotas, projetos, leis e planos de ação.

Espera-se que, ao introduzir essa discussão das relações étnico-raciais da história afro-brasileira, a legislação leve mudanças à escola básica, articulando respeito e reconhecimento à diversidade. Como a Lei nº 11.645/08 altera uma lei universal, a Lei n º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, inclui o seu cumprimento enquanto direito social, passando pelo apoio democrático da diversidade étnico-racial, por um parecer político de superação da desigualdade racial. É importante compreender que a Lei n º 10.639/03 é uma importante alteração da LDB, por isso que seu cumprimento é obrigatório para todos os sistemas de ensino, porque não estamos falando de uma lei específica que trata somente um local, mas da legislação que rege toda educação nacional.

OBJETIVO

O objetivo do presente resumo é tratar a construção dos saberes pelo Movimento Negro por meio de suas lutas pela emancipação dos seus conhecimentos, dos quais estão alinhados a vários setores da sociedade, a uma historicidade em comum, que moldam a sociedade como um todo e que se fundamentam em suas práticas educacionais e políticas.

MÉTODOS

A presente pesquisa teve como base os estudos baseados em artigos, livros e sites acadêmicos. Trata-se de uma pesquisa sócio jurídica.

No que diz respeito aos métodos de abordagem, a pesquisa versa sobre uma verificação hipotética dedutiva.

Destarte, como instrumento de estudo, as técnicas de pesquisa empregadas foram a pesquisa documental e a bibliográfica.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este artigo trouxe mais do que uma junção dos termos, trouxe como a formulação apresentada pode ser vista como uma tentativa de sair do impasse e da postura dicotômica entre os conceitos enraizados. Demonstra que, para compreender a realidade negra, não somente as características físicas e classificação racial devem ser consideradas, mas a dimensão simbólica, cultural, política e educacional.

Outrossim, estamos imersos das relações de poder e dominação política que, nem sempre percebemos que aprendemos a classificar, não apenas a forma de organizar a vida social, mas a maneira de ver diferenças e semelhanças de forma hierarquizada e dicotômica: perfeições e imperfeições, inferiores e superiores. Esse olhar projetado e a forma de racionalidade precisam ser superados.

Por fim, as contribuições possíveis por parte da educação, são de mudanças na lógica das instituições. Na qual, o ponto central é a reorganização dos currículos escolares, para que, em uma perspectiva multicultural, seja implantada uma educação aberta para o diálogo sobre e com as diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, de forma geral, o artigo buscou a interlocução com as dadas normativas que foram organizadas de forma aberta para efetiva participação dos movimentos sociais. Logo, estudar e conhecer esses documentos aprimora o diálogo com os movimentos sociais que participaram dos processos de definição das suas prioridades.

Portanto, a documentação vasta e as proposições são contrarias a um contexto em que as violações dos direitos são rotineiras nas relações sociais. O desafio é romper as violações e estruturar as escolas de forma coletiva e participativa. Uma possibilidade para a Educação em Direitos Humanos, é operar em busca de superar as desigualdades raciais, de gênero, orientação sexual ou identidade de gênero, priorizando a interlocução com movimentos sociais. O exame das normativas em vigor relativas a Direitos Humanos e Educação, desvenda esse leque de proposições que revelam possibilidades em prol da igualdade racial.

PALAVRAS-CHAVE

Educação; Étnico-racial; Movimento negro; Leis; Direitos Humanos.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 39-62.

SILVA, A. C. da. Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático. 1. ed. Salvador, BA: Edufba, 2001 (2ª tiragem em 2003).

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A SOCIEDADE

APRESENTADO

Mateus Lopes de Farias[1]; Francisco Klébio Monteiro da Silva[1]; Aline de Andrade Gomes[1]; Edilene Araújo dos Santos[2];

edilene2santos@gmail.com; edilenesantos@fiponline.edu.br

[1] Graduandos em Letras-Inglês do UNIFIP, [2] Docente de Letras

GT: Educação, Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos

INTRODUÇÃO

Historicamente, o racismo estrutural, aquele que está intrinsecamente ligado e enraizado na organização da sociedade brasileira, atribui a alguns a ideia equivocada de controle social de uns sobre os demais, tendo como foco pessoas negras e grupos populacionais negros. A partir dessa concepção, identifica-se a educação das relações étnico-raciais, a educação cultural afro-brasileira, africana e os impactos da discriminação racial no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

A questão racial no Brasil é complexa e data dos primórdios da civilização, visto que, as terras onde hoje se localiza a nação brasileira foram palcos de verdadeiros genocídios de populações negras e indígenas. Apesar de tais evidências históricas, ainda se alimenta o mito da democracia racial brasileira, proposto por Gilberto Freyre, e se afirma que devido ao caráter plural da constituição étnica brasileira, não há racismo no país.

Neste cenário, se faz necessário conceituar racismo, pois Kabengele (2001) assegura que,

> [...] teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural.

Normalmente, injúrias raciais se disfarçam de piadas e brincadeiras, o que não significa que tais ofensas não tenham impacto negativo sobre a vida de quem as vivenciam. Segundo Guimarães (1999), o racismo brasileiro é "[...] um racismo sem intenção, às vezes de brincadeira, mas sempre com consequências sobre os direitos e as oportunidades de vida dos atingidos".

No âmbito escolar, tais manifestações de preconceito étnico são comuns e influenciam diretamente a jornada acadêmica de estudantes negros, sendo assim uma compreensão mais ampla acerca de uma educação étnico-racial de importância ímpar para a concretização de saberes e edificação de uma sociedade justa, igualitária e tolerante.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

OBJETIVO

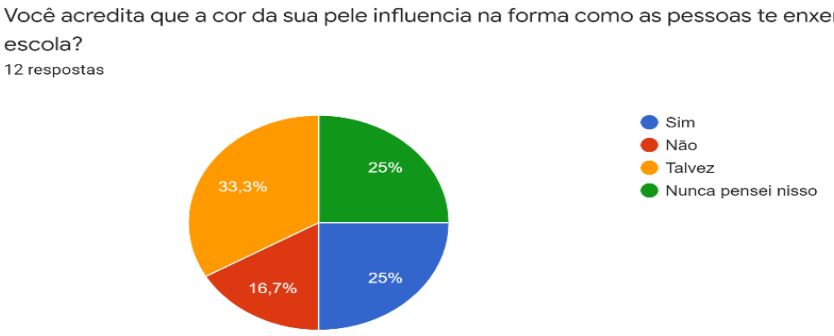
Identificar a questão do racismo e suas consequências para a sociedade.

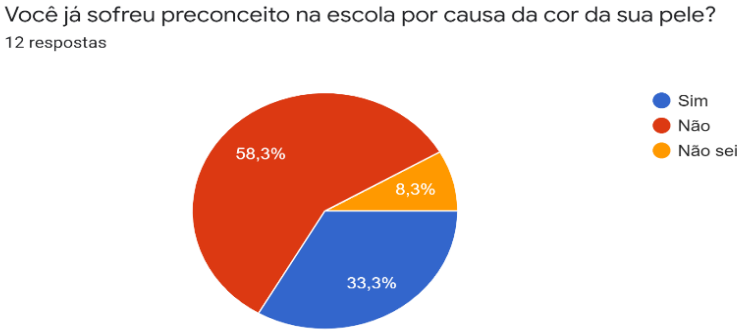
METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio bibliográfico e documental no que tange a análise do racismo no Brasil, além de analisar as suas relações e manifestações no ambiente escolar. Para tal, foi aplicado um questionário direcionado aos estudantes da ECIT Trajano Pires da Nóbrega que se identificavam como negros, diante da necessidade de compreender qual o papel da educação étnico-racial nos caminhos para a extinção da discriminação racial no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos resultados obtidos na pesquisa bibliográfica realizada, foi constatada a presença latente de racismo no ambiente escolar, conforme os gráficos abaixo. Identifica-se que, mais de 25% dos estudantes acreditam ter sofrido algum tipo de discriminação racial na escola e 33% afirmam que a instituição de ensino não é capaz de lidar com a questão étnica. A maioria dos estudantes aponta como possível solução do problema a abertura de espaços de diálogo em que se possa exercitar a pluralidade e exercer a tolerância.





Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, identifica-se que a escola precisa sim, abrir espaços de diálogo no sentido de primar pela inclusão e discussão do tema em tela, além disso, desenvolver projetos contínuos, sem dá ênfase apenas nas datas específicas do calendário. Portanto, percebe-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação escolar; Relações étnico-raciais; Racismo; Inclusão.

REFERÊNCIAS

COSTA, Candida Soares da; SANTOS, Sérgio. P. **Educação das relações étnico-raciais na sociedade brasileira:** concepções, princípios e determinações. V. 47, Joaçaba, Roteiro, 2022. Acesso em: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/26478.

GUIMARÃES, A.S. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: editora 34, 1999.

KABENGELE, Munanga. **Superando o racismo na escola**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: DF, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 481 ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

ISSO É PSICOLÓGICO, NÃO SE PREOCUPE: A IMPORTÂNCIA DA PSICOEDUCAÇÃO NA PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL

Sena, Júlio César Dantas Silva de[15]
Barbosa, Jéssica Cristine de Sousa[16] - jessicacsb1@gmail.com
UNIFIP – Centro Universitário de Patos
GT: Saúde e Direitos Humanos
Curso de Psicologia

INTRODUÇÃO

Não é raro ouvirmos falas que diminuem a importância da saúde mental, a pondo como algo supérfluo, ou só para pessoas ricas, ou apenas para loucos. A depressão, por exemplo, é taxada como frescura por muitos, ou falta de fé, mas já é descrita como a doença mais incapacitante do século.

Outro tipo de comentário bastante comum de ser feito é o "Isso é psicológico". Tem medo de escuro? Não se preocupe, medo é psicológico. Não consegue dormir à noite? Isso não é problema, é só psicológico. E quanto mais se propaga esse tipo de discurso, como se o "psicológico" fosse algo imaginário e sem importância alguma, maior se torna o estigma que permeia os transtornos mentais e tudo que circunda a saúde mental, potencialmente a saúde mais negligenciada atualmente.

Além de impor um isolamento e afetar drasticamente a auto estima do indivíduo portador de algum transtorno mental, o estigma que envolve esse tipo de mazela mental também inibe a procura por tratamento no sistema de saúde (CASSIANO et al, 2019), o que gera consequências graves e muitas vezes irreversíveis na progressão do transtorno.

Levando tudo isso em conta, a melhor maneira de combater o estigma e preconceito é com informação, portanto, iremos abranger a discussão sobre psicoeducação no decorrer deste artigo.

REFERENCIAL TEÓRICO

No filme mais recente sobre o personagem Coringa, da DC *Comics,* o protagonista tem diversos problemas mentais em decorrência de espancamentos que sofreu na infância. Uma das frases mais citadas pelo mundo depois da estreia desse filme foi a seguinte

[15] Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UNIFIP.
[16] Graduada em Psicologia pela Universidade Potiguar UnP.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

"A *pior* parte de *ter uma doença mental* é que as *pessoas* esperam que *você se* comporte como *se não tivesse*".

As pessoas não possuem quase nenhum conhecimento sobre como os transtornos mentais as afetam. Este ainda é um tópico cheio de mitos e preconceito. Ver uma pessoa bipolar em surto maníaco pode ser assustador para uns, ou até mesmo motivo de chacota para outros, como foi divulgada, em março de 2022, a notícia de que uma mulher foi pega tendo relações sexuais com um morador de rua e, quando perguntada sobre o porquê, respondeu que o fez por ter recebido uma mensagem de deus. Ela estava na fase maníaca do transtorno bipolar, caracterizada por aumento de impulsividade e a ocorrência de alucinações.

Thornicroft (2006) explica que o estigma é dividido em três partes, sendo elas a ignorância sobre transtornos mentais; preconceito, sempre consequência da desinformação e, por último, a exclusão das pessoas que sofrem com algum transtorno.

Sendo assim, podemos dizer que uma das maneiras para diminuir todo esse estigma em volta dos transtornos mentais é espalhando informação, tanto para as pessoas que possuem transtornos, como para quem não os têm.

A Psicoeducação vem sendo usada na clínica psicológica como um instrumento terapêutico. Ela nada mais é do que o resultado de diversas teorias e modelos clínicos, focados na educação do paciente sobre seu CID (OLIVEIRA E DIAS, 2018) Enquanto técnica, ela proporciona a avaliação das percepções do paciente e de seus familiares quanto ao transtorno e seu tratamento e, assim, consegue introduzir informações essenciais para o autoconhecimento do paciente.

OBJETIVOS

Discutir o estigma criado em torno dos problemas de ordem mental e emocional e refletir como o âmbito psicológico não apenas é real, como de extrema importância no estado de saúde como um todo.

METODOLOGIA

O artigo em tela trata-se de um estudo qualitativo, de natureza reflexiva e se utiliza de pesquisas bibliográficas para criar a discussão a qual se propõe o texto. Sendo algo abstrato, a reflexão não pode ser quantificada por números, por isso, o teor qualitativo do método utilizado.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

RESULTADOS

Diante das leituras feitas para a discussão proposta por este artigo, tivemos como resultado a reflexão sobre os danos que a desinformação pode causar no tratamento de doenças mentais, e como a educação é essencial para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, fica claro o quanto é nociva a perpetuação de estigmas, preconceitos e estereótipos sobre a saúde mental. Saúde mental, o tal psicológico, é real e importante, afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas e deve ser levada a sério, tanto a prevenção quanto o tratamento delas.

A informação é a maior arma contra esse tipo mal e deveria ser divulgada com a mesma intensidade que casos extremos como o da mulher e o morador de rua. A psicoeducação é um instrumento poderoso usado em sessões de terapia cognitivo comportamental e poderia ser aplicada em diversos outros âmbitos, como em postos de saúde e escolas, tudo para diminuir a desinformação que leva ao isolamento das pessoas com transtornos mentais.

PALAVRAS-CHAVE

Saúde mental; Psicoeducação; Estigma.

REFERÊNCIAS

Cassiano APC, Marcolan JF, Silva DA da. **Atenção primária à saúde: estigma a indivíduos com transtornos mentais.** Revenferm UFPE on line. 2019;13:e239668 DOI*:* https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.239668

Nascimento, Larissa Alves do e Leão, Adriana **Estigma social e estigma internalizado: a voz das pessoas com transtorno mental e os enfrentamentos necessários.** História, Ciências, Saúde-Manguinhos [online]. 2019, v. 26, n. 1 [Acessado 31 Março 2022] , pp. 103-121. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702019000100007>. ISSN 1678-4758. https://doi.org/10.1590/S0104-59702019000100007.

THORNICROFT, Graham. **Shunned: discrimination against people with mental illness.** Oxford: Oxford University Press. 2006.

Oliveira, Clarissa Tochetto de e Dias, Ana Cristina Garcia **Psicoeducação do Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade: O Que, Como e Para Quem Informar?** Trends in Psychology [online]. 2018, v. 26, n. 1 [Acessado 31 Março 2022] , pp. 243-261.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

Disponível em: <https://doi.org/10.9788/TP2018.1-10Pt>. ISSN 2358-1883. https://doi.org/10.9788/TP2018.1-10Pt>

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR EM PSICOLOGIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Brunno Marcondes de Lima[1]

[1] Professor do Curso de Psicologia UNIFIP
Centro Universitário de Patos
Email: brunnolima@fiponline.edu.br
GT: Saúde e Direitos Humanos
Curso: Psicologia

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar um relato de experiência sobre o ensino da disciplina "Psicologia, Diversidade e Inclusão", durante o período de 2000 até o presente, em um Curso de Bacharelado em Psicologia, numa instituição privada. No contexto das sociedades plurais, torna-se importante a abordagem dessa temática no para a formação do cidadão e do profissional da Psicologia. O Código de Ética Profissonal do Psicólogo (2005), em seus princípios fundamentais, já preconiza uma atuação pautada nos valores dos Direitos Humanos. Diente desse quadro, vários desafios se apresentam para o docente: como abordar os conteúdos e de forma a motivar os discentes? Como abordar temas polêmicos de forma imparcial? Neste sentido, apresentaremos a proposta da disciplina em termos do conteúdo programático, bem como as estratégias e recursos utilizados. Para atingir o objetivo do plano didático da disciplina, foram utilizadas metodologias ativas de ensino que serão descritas. Pôde ser verificado um bom engajamento dos discentes durante o curso, bem como uma avaliação positiva dos mesmos ao final da disciplina.

REFERENCIAL TEÓRICO

O sentido da educação compreende não só os aspectos técnicos, como também ético e político. A formação do cidadão capaz de conviver em sociedade e pensar criticamente a mesma, deve ser um dos objetivos da educação (Therrien, 2012). Ao se tratar da formação de profissionais que irão lidar com o sofrimento psíquico do outro, tais aspetos não podem ser negligenciados (Passos, 2007). O convívio com a pluralidade é uma realidade das sociedades contemporâneas e uma exigência em termos de avanço civilizatório (Candau, 2008). De acordo com Carneiro (2013), a luta dos grupos minoritários ou oprimidos, é uma luta pelo direito de existir. No âmbito da Psicologia, o debate sobre a inclusão historicamente esteve ligado à questão da educação inclusiva. Atualmente abrange questões emergentes, tais como o racismo (Zamora, 2012) e a questão da diversidade sexual (Toneli, 2008). A hipótese contida neste trabalho é de que a forma

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

de abordagem dessas temáticas na sala de aula, pode ser determinante para a consecução dos objetivos a que tal perspectiva se propõe.

OBJETIVOS

O objetivo geral do presente trabalho é apresentar um relato de experiência sobre o ensino da disciplina "Psicologia, Diversidade e Inclusão", no contexto do ensino superior privado, destacando os principais recursos e estratégias utilizadas.

METODOLOGIA

De acordo com material produzido pelo Departamento de Nutrição da UFJF (2022), o relato de experiência "(...) é um texto que descreve precisamente uma dada experiência que possa contribuir de forma relevante para sua área de atuação". O relato deve ser feito de modo contextualizado, objetivo e fundamentado. Nesse sentido, passaremos a relatar a experiência vivenciada na disciplina em questão.

A referida disciplina foi assumida pelo autor deste texto no início do ano de 2020, pouco antes da pandemia do covid-19, tornando necessária a adoção repentina do ensino remoto. Dada a complexidade e as polêmicas que cercam os temas da disciplina, a ênfase do processo pedagógico foi no sentido de trabalhar os tópicos de forma conceitual e prática. Os assuntos foram divididos em três estágios ao longo de cada semestre e incluíram temas como: história, conceito e tipos de deficiência; marcos legais e fundamentos da educação inclusiva; atuação da Psicologia Escolar no contexto da educação inclusiva; orientações psico e pedagógicas; atuação da psicologia no contexto da diversidade e inclusão (temas contemporâneos). Em relação ao último tópico, os temas abrangeram questões como racismo e sofrimento psíquico, diversidade sexual, inclusão de pessoas com transtorno de abuso de substância, dentre outros que puderam também ser sugeridos pelos alunos. As estratégias de ensino utilizadas contemplaram momentos de aula expositivo dialogada, bem como o uso de metodologias ativas como a sala de aula invertida e situações problemas, onde os alunos puderam compartilhar seus saberes e experiência para a resolução de casos concretos. Em termos de recursos, foram utilizados vídeos de conscientização sobre os temas e relatos de experiências práticas de inclusão, seguidos de debates com toda a turma. Também foram convidados profissionais especializados em Psicopedagogia para abordar as orientações psicopedagógicas, demonstrando atividades práticas para o trabalho junto às pessoas com deficiência. No tópico sobre os temas contemporâneos, foram adotadas duas estratégias principais: participação de profissionais com experiência prática na área ou de pesquisa à nível de

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

pós-graduação, bem como seminários apresentados pelos discentes. No caso dos seminários, os critérios de avaliação incluíam além da abordagem conceitual, a apresentação de experiências realizadas no campo da psicologia.

RESULTADOS

Pôde-se constatar uma avaliação positiva dos discentes ao final da disciplina, ressaltando elementos como a participação ativa na construção do processo de aprendizagem. Constatou-se que o uso de metodologias ativas e aulas inovadoras (Silva, 2011), como forma de engajar o discente, foi essencial nesse processo, permitindo romper com o "tédio" muitas vezes dominante na academia (Rocha, 2000). Também foi destacada a contribuição teórica e prática para uma abordagem ética e científica das temáticas, ultrapassando a abordagem puramente ideológica que comumente ocorre no senso comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos tratar-se de um espaço de formação e discussão extremamente importante para os futuros profissionais da Psicologia, no sentido de contribuir para o esclarecimento e destituição subjetiva de determinados preconceitos oriundos das crenças costumeiras, facilitando a adoção de uma atitude empática em relação ao sofrimento psíquico e as possibilidades de cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: psicologia, diversidade, inclusão, ensino superior.

REFERÊNCIAS

THERRIEN, J. Docência profissional: a prática de uma racionalidade pedagógica em tempos de emancipação dos sujeitos. *In*: D'ÁVILA, C.M e VEIGA, I.P.A (ORGS.) **Didática e docência na educação superior**: implicações para a formação de professores. Campinas, SP: Papirus, 2012.

CANDAU, V.M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *In*: MOREIRA, A.F.; CANDAU, V.M. **Multiculturalismo e educação**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2.ed. RJ: Vozes, 2008.

CARNEIRO, N. S. **Contra a "violência de inexistir"**: psicologia crítica e diversidade humana. Psicologia & Sociedade, 25(1), 40-47, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n1/06.pdf. Acesso em 11/04/22.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

SILVA, E.F. **Nove aulas inovadoras na universidade**. Campinas, SP: Papirus, 2011.

ROCHA, M.L. Educação em tempos de tédio: um desafio à micropolítica. *In*: TANAMACHI, E.R., PROENÇA, M. e ROCHA, M.L. (ORGS.) **Psicologia e Educação**: desafios teórico-práticos. SP: Casa do Psicólogo, 2000.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

O IMPACTO DOS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) DAS CRIANÇAS

Mahalla Hanne dos Santos Vieira [1]; Mariana Raissa Xavier Paulo[2];

Mayki da Silva Fernandes[3]; Maria do Socorro de Lucena Silva[4]

Estudantes de Graduação em Ciências da Nutrição, Professora do Curso

E-mail: mariasilva@fiponline.edu.br

GT: Saúde e Direitos Humanos

Centro Universitário de Patos

INTRODUÇÃO

O Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) prevê que todo indivíduo tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família àquilo que é a saúde e bem-estar, inclusive, a alimentação. E advém do Artigo 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que reconhece o direito de todos a um padrão de vida adequado, incluindo uma alimentação adequada, visando proteger o indivíduo da fome (OMS). Entretanto, devido aos determinantes da saúde, principalmente os que se referem à economia, cultura, sociabilidade e ao ambiente, as determinações contidas na DUDH não são cumpridas de forma efetiva pelo Estado, [1] o que causa prejuízos em todos os ciclos de vida, a começar pelas crianças.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do impacto dos Determinantes Sociais da Saúde na segurança Alimentar e Nutricional (SAN), dentro do contexto da área de ciências e Políticas Públicas torna evidente que, embora a alimentação seja um direito a todos os indivíduos e um dever do Estado (Art. 25 da DUDH 1948), na prática não funciona bem assim. Segundo a Escala Brasileira de Medida Direta e Domiciliar da Insegurança Alimentar, a segurança alimentar está garantida quando a família tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. As politicas públicas e sociais existem para buscar soluções para os problemas públicos que direta ou indiretamente afetam a coletividade, inclusive no âmbito alimentar (desnutrição e obesidade), de forma que os projetos existentes, como o "Restaurante Popular", além do "Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)" ainda não contém recursos suficientes de gestão ou planejamento, para que sejam efetivados de maneira a combater esse problema no Brasil. Além disso, há uma falta de políticas públicas voltadas a educação nutricional, que contribui diretamente com a incidência de casos de sobrepeso.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

OBJETIVO

Analisar o EN das crianças e como os fatores socioeconômicos e culturais impactam, assim como entender e propor formas de atenuar a questão da desnutrição e obesidade através de políticas públicas e sociais, além de uma melhoria nas já existentes, como forma de promoção da saúde desde a infância.

METODOLOGIA

O estudo tem como base uma revisão de literatura de nível qualiquantitativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No tocante ao peso por idade, em uma amostra (n=50) alunos por instituição, sendo estes, meninos e meninas, os alunos da escola pública obtiveram uma maior prevalência de alto peso por idade (30%) em relação aos alunos de escola privada (16%). Em relação ao baixo peso por idade (6%) dos alunos de escola pública se encaixaram no resultado, enquanto que na escola privada não se obteve resultados. Em contrapartida, utilizando o IMC por idade (relação entre peso e estatura), os alunos de escola pública apresentaram uma maior porcentagem de crianças em estado de sobrepeso e/ou obesidade (14%), e a escola privada (22%). Isso pode ser explicado pelo quesito estatura por idade, em que (24%) dos alunos de escola pública se encontram com estatura inadequada para sua idade. Devido a industrialização e alta produção de alimentos obesogênicos, a população, principalmente crianças, passaram do estado de desnutrição direto para obesidade. Nesse sentido, é visível que os aspectos quantitativo e qualitativo das refeições estão em desarmonia, visto que a principal causa de obesidade é a alimentação excessiva ou inadequada (EINSTEIN.BR). Tais dados explicam e comprovam que os fatores socioeconômicos impactam direta ou indiretamente no estado nutricional dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, com os resultados analisados, que apesar de existirem políticas públicas e sociais voltadas a solucionar a questão da má alimentação dos indivíduos em instituições, como o (PNAE) e o Programa Restaurante Popular, falta uma melhor gestão e execução dessas ações. Portanto, é necessário incluir cardápios que se adaptem as necessidades das crianças, levando em consideração seus aspectos sociais e culturais, além de levar uma melhor educação alimentar e nutricional a família destas, em escolas públicas e privadas, a fim de garantir que o indivíduo tenha direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família aquilo que é a saúde e bem-estar, inclusive, a alimentação (Art. 25 da DUDH 1948), saindo do risco de desnutrição e, principalmente obesidade, que se mostrou presente nos resultados obtidos.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação Adequada; Criança; Políticas Públicas; Direitos Humanos; Aspectos Socioeconômicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Caderneta de Saúde da Criança. Passaporte da Cidadania. 8º Edição. Brasília, DF: MS; 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Conselho Nacional de Saúde – CNS. Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição – CIAN. Documento-base de subsídio do Seminário Estadual de Alimentação e Nutrição no SUS. Brasília, DF.

BRASIL. Segurança Alimentar e Nutricional. Secretaria de desenvolvimento Social. Governo do Distrito Federal. Atualização fev. 2021. Brasília, DF.

BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III). 10 de dez 194. Unicef. Org. Para cada criança.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

ATO INFRACIONAL DE GRANDE REPERCUSSÃO NACIONAL E O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA ERA DA INFORMAÇÃO

Hanna de Moura Fernandes[1], André da Silva Ataíde[2], Danielle Marinho Brasil[3]

[1'2] Estudantes de graduação em Direito, [3] Professora do Curso de Direito da UNIFIP

Centro Universitário de Patos - UNIFIP

E-mail: hannafernandes@dir.fiponline.edu.br

Comunicação, Mídias Sociais e Tecnologia da Informação

Curso de Direito

INTRODUÇÃO

Na era da informação, as notícias ganham espaço, principalmente, aquelas consideradas trágicas. Propagar tragédias é um hábito popular tão comum, que dele surgiu o ditado "má notícia vem a cavalo". Com isso, não é surpreendente homicídios cometidos no âmbito familiar ganhem visibilidade nacional. A notícia-crime vira notícia de conhecimento geral. Os autores, as vítimas, todo o núcleo familiar, têm suas imagens expostas nos diversos canais de comunicação. Tendo isso em vista, o que prevalece: os direitos relativos à imagem e à privacidade da família ou os direitos comunicativos?

REFERENCIAL TEÓRICO

O direito ao esquecimento, aqui discutido, já foi debatido na doutrina e nos tribunais brasileiros. Para este estudo, utilizou-se como referencial teórico, precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e conceitos trazidos por Valerio Mazzuoli, em seu livro "Curso de Direitos Humanos".

OBJETIVO

O presente trabalho pretende refletir sobre o direito ao esquecimento na era da informação, analisar precedentes judiciais relativos ao tema e demonstrar a aplicação de tal direito em caso como o da situação em análise.

MÉTODO

O trabalho em apreço foi realizado pelos métodos dedutivo e monográfico, utilizando-se das técnicas de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

DOS DIREITOS COMUNICATIVOS

O acesso à Internet é considerado, pela ONU, um direito humano. Os meios de comunicação são os novos "espaços públicos" e, através deles, as pessoas emitem ideias, opiniões e pontos de vista diversos, de forma instantânea e em tempo real, propagando informações ou até "desinformações". Tais direitos são amparados pelo art. 220 da Constituição Federal, bem como pelo Marco Civil da Internet (Lei nº 12.954/2014). Porém, vale destacar que, segundo Mazzuoli, eles são direitos bifrontes, pois "permitem a expressão das ideias e opiniões ao tempo que resguardam os direitos dos que foram impactados pela veiculação da informação", ou seja, o limite da liberdade dos direitos comunicativos é o respeito à dignidade do outro.

ADOLESCENTE MATA MÃE E IRMÃO A TIROS

Visto isso, há homicídios de grande repercussão nas mídias; dentre eles, o cometido por um adolescente que, após ser proibido de usar seu celular, matou sua mãe e seu irmão a tiros e tentou contra a vida de seu pai. Depois disso, não demorou para que a notícia fosse propagada. Rapidamente, em sites jornalísticos, grupos de WhatsApp, entre outros meios de comunicação, o caso foi propagado, bem como, compartilhada uma foto dos membros da família: mãe, irmão (uma criança), ainda vivos, e pai, juntos. Como se isso não bastasse, o depoimento prestado pelo adolescente, ao delegado, vazou e foi compartilhado nas redes sociais por diversas pessoas. Com isso, o garoto foi submetido a um dos piores julgamentos possíveis: o feito pela sociedade. Assim, muitas pessoas, abarcadas pela liberdade de expressão e pelos direitos comunicativos, emitiram opiniões acerca da índole do jovem, da criação dada pelos pais, se o pai deveria perdoá-lo ou não, suposições sobre o estado mental do jovem e até sugestões de punições.

DOS DIREITOS DE IMAGEM E DE PRIVACIDADE

Visto o caso, é clara a violação dos direitos de imagem e de privacidade, tanto do adolescente quanto de sua família. Tais direitos estão dispostos no inciso X, do art. 5° da Constituição Federal, que assegura que "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação". Além disso, é importante destacar também o art. 247 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata de multa àqueles que divulgam, total ou parcialmente, documentos de procedimento policial relativo a adolescente investigado por ato infracional. Entretanto, ainda não existem meios eficazes de identificação de todos que tenham emitido comentários insultuosos ou que tenham compartilhado o áudio vazado, para que as possíveis indenizações e multas fossem prestadas.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

DO DIREITO AO ESQUECIMENTO

Diante de toda a repercussão do caso nas redes sociais, a história desse ato infracional está "marcada" na Internet, podendo ser acessada a qualquer momento, por qualquer pessoa. Assim, é necessário destacar o direito ao esquecimento. Este consiste na desconsideração de fatos passados que, trazidos à tona, podem constranger a pessoa e prejudicá-la em diversos ramos de sua vida (o afetivo, o econômico, o social, o emocional, entre outros), ferindo sua dignidade. Portanto, no caso avaliado, os dados expostos nas diversas mídias, poderiam ser apagados, visando à manutenção da dignidade dos atingidos. Tendo isso em vista, vale ressaltar que tal direito já foi invocado na justiça brasileira e, apesar de ainda ser pouco discutido, Mazzuoli mostra a decisão do STJ de que "a permissão ampla e irrestrita a que um crime e as pessoas nele envolvidas sejam retratados indefinidamente no tempo (...) pode significar permissão de um segundo abuso à dignidade humana(...)". Se isso é aplicado a crimes, também pode ser posto a casos de ato infracional. Nesse sentido, foi reconhecido, também, pelo STJ, que o " 'direito ao esquecimento' pode significar um corretivo (...) das vicissitudes do passado, seja de inquéritos policiais ou processos judiciais pirotécnicos e injustos, seja da exploração populista da mídia".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto o que foi exposto, conclui-se que, mesmo com os direitos comunicativos, os direitos à liberdade de expressão e de imprensa; a dignidade da pessoa humana deve prevalecer e, à família acometida por essa tragédia, bem como ao adolescente que cometeu o ato infracional, seja concedido o direito ao esquecimento, para que ele e o restante de sua família possam seguir em frente, sem reviver possíveis traumas.

PALAVRAS-CHAVE:

internet; direitos comunicativos; direito ao esquecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos.** 6. ed. São Paulo: Método, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 mar. 2022.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

A AVALIAÇÃO DE SOLIDÃO SOCIAL E EMOCIONAL EM UMA AMOSTRA DE UNIVERSITÁRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA NO SERTÃO DA PARAÍBA

Amanda Emanuelly da Silva Lacerda[1], Ana Livia Medeiros de França[1], José Ryan Lopes Cabral[1];

Giovani Amado Rivera[2]

[1] Estudantes de Graduação em Psicologia da UNIFIP

[2] Professor do Curso de Psicologia UNIFIP

Centro Universitário de Patos

E-mail: analiviamfr@gmail.com

GT: SAÚDE E DIREITOS HUMANOS

Curso: Psicologia

INTRODUÇÃO

A solidão conceitua-se como um sentimento em que o ser humano precisa estar isolado, sem a necessidade de manter vínculos ou relações sociais com os indivíduos à sua volta. A solidão e o isolamento podem estar interligados, um indivíduo que se sente sozinho automaticamente irá se isolar, levando-o a um contexto antissocial, e o impedindo de realizar atividades significativas para seu desenvolvimento, como fazer amizades ou manter um relacionamento. Porém, vale frisar que solidão e isolamento são distintos. De acordo com Kruger (1994 *apud* NASCIMENTO, s.d), o isolamento social é distinto da solidão, ele explica isso a partir do sistema de interação e das relações interpessoais do indivíduo.

A ingressão em uma universidade é uma fase de transição para o estudante, na qual consiste em um aumento considerável de atividades e responsabilidades. Baseado nisso, denomina-se como um estágio repleto de insegurança, tendo em vista que a pressão psicológica imposta pelo meio social sobre o indivíduo é de grande relevância, o que dificulta a adaptação do jovem às mudanças.

REFERENCIAL TEÓRICO

A solidão pode ser classificada em dois tipos: a social e a emocional. Na primeira, o sujeito se sente insatisfeito e solitário pela falta de uma rede social de amigos e de pessoas conhecidas, já na segunda, o indivíduo está insatisfeito e solitário decorrente da

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

inexistência de uma relação pessoal íntima (WEISS, 1973 *apud* BASTOS, s.d). A abordagem sobre essa temática vem ganhando destaque e atenção na contemporaneidade, uma vez que este pode ser um dos fatores contribuintes para "o mal do século XXI".

Segundo Costa (1991 *apud* BASTOS; FIGUEIRA, 2001, p.38), "Quando o jovem não é capaz de ter relações íntimas com outros (...) as suas relações tenderão a ser estereotipadas com um profundo sentimento de isolamento". A dificuldade de objetivar um sentido para a vida e de estabelecer relações afetivas e/ou amorosas são características alvos da solidão. A depressão, ansiedade e baixa da autoestima podem ser desenvolvidas a partir desse sentimento e da necessidade de estar sempre isolado.

OBJETIVO

O presente estudo objetivou avaliar o nível de solidão em uma amostragem de universitários de uma Instituição De Ensino Superior **(**IES) privada da cidade de Patos-PB, através de uma pesquisa quantitativa, e analisar os dados para identificar os seus resultados e propor uma possível solução para a problemática.

MÉTODOS

Esta pesquisa trata-se de um levantamento descritivo, utilizando abordagem quantitativa e fazendo uso do método de amostragem não-probabilístico por conveniência.

O estudo teve sua coleta de dados feita com 50 universitários estudantes da própria instituição, sendo matriculados nos cursos de Psicologia, Odontologia, Enfermagem, Biomedicina, Nutrição, Educação Física, Fisioterapia e Direito, com idades variando de 18 a 24 anos, entre homens e mulheres, moradores de diversos municípios e de diferentes etnias e classes sociais.

Os participantes responderam aos inquéritos referentes a instrumentos como um questionário sociodemográfico e à Escala de Solidão UCLA Revisada (R-UCLA), desenvolvida por Russel *et al*, que consiste em avaliar o grau de solidão dos indivíduos.

Além disso, foi realizada a comparação e a análise das diferenças entre os níveis de solidão diante das distintas classes sociais. Investigou também a interferência no rendimento acadêmico dos universitários e sua socialização com os colegas de turma, e buscou verificar qual a faixa etária predominante dos indivíduos que se sentem solitários ou que convivem com a solidão em seu cotidiano

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

Para a análise dos dados, foi utilizado o programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*; versão 22), aplicando os testes de comparação de médias (teste t). Os testes foram escolhidos mediante a análise da distribuição de normalidade (Shapiro-Wilk) das variáveis métricas. O nível de significância utilizado nas decisões dos testes estatísticos foi de 5%.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos resultados obtidos na aplicação do questionário e levando em consideração os dados demográficos dos participantes, o estudo contou com a presença de 50 universitários e a idade destes variaram de 18 a 24 anos (M = 19,80; DP = 1,629).

Em relação aos dados sócio demográficos obtidos e o levantamento de dados feitos a partir do questionário da Escala de Solidão UCLA-BR, foram selecionados dois fatores para serem analisados: Fator 1, *nível de solidão de acordo com a situação conjugal dos participantes* e Fator 2, *nível de solidão de acordo com a orientação sexual dos membros da pesquisa*. No que se refere ao estado civil (Tabela 2), os indivíduos que declararam estarem solteiros apresentaram resultados distintos daqueles que possuem algum relacionamento ativo. Àqueles que não possuem companheiro(a) obtiveram médias diferentes (M=20,2; DP=10,8) dos que dispõem de algum tipo de relacionamento (M=8,7; DP=10,4). Deste modo, o Fator 1 apresenta significância estatisticamente comprovada (P=0,02).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados da pesquisa, foi possível analisar níveis de solidão maiores em homossexuais. Foi apresentado também um nível maior de solidão em pessoas que não possuem um companheiro(a) para estabelecer relações de afeto. Salienta-se que indivíduos que não possuem algum relacionamento estável são mais suscetíveis à solitude.

Considerando os diversos estereótipos produzidos pela sociedade, um deles é que estar solteiro e sentir-se solitário possuem uma correlação direta. Em uma pesquisa desenvolvida por Adamczyk e Segrin (2015), os participantes que não possuem companheiro(a) manifestam menor nível de satisfação com a vida e de suporte social, visto que também possuem maior escores de solidão do que àqueles que se encontram em algum tipo de relacionamento. O fator da forte pressão social faz com que o indivíduo busque incessantemente um estabelecimento de vínculos afetivos.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

PALAVRAS - CHAVE: solidão; isolamento; universitários; relacionamentos.

REFERÊNCIAS

ADAMCZYK, K.; SEGRIN, C. Direct and indirect effects of young adults' relationship status on life satisfaction through loneliness and perceived social support. **Psychologica Belgica**, v. 55, n. 4, p. 196, dez. 2015. Disponível em: https://www.psychologicabelgica.com/articles/10.5334/pb.bn/

BASTOS, M.; FIGUEIRA, F.; COSTA, M. E. Avaliação da solidão nos jovens universitários portugueses. 2001. **Cadernos de Consulta Psicológica**, v. 17, n. 18, p. 69-81, 2001/2002. Disponível em https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/15610/2/83476.pdf

NASCIMENTO, L. S. **O papel das instituições de longa permanência na inclusão da terceira idade e o combate à solidão e ao isolamento: mudanças em prol da concretização dos direitos do idoso.** [entre 2018 e 2022]. 21f. Dissertação (Mestranda em Direito) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo, [entre 2018 e 2022]. Disponível em http://www.lo.unisal.br/direito

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

VIOLÊNCIA DE GÊNERO – UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE PATOS-PB

Pinho, Vanessa Cybelle Meneses[17]; Medeiros, Luana Stephanie de[18]; Falcão, André Gonzaga[19]
Centro Universitário de Patos

vanessapinho@arq.fiponline.edu.br
GT: Gênero, Sexualidade e Direitos humanos
Curso: Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher difere de outros tipos de violência, dado o fato de que é baseada em desigualdades que surgem inicialmente no âmbito familiar, a partir de relações hierárquicas de poder. Enquanto os homens são agredidos predominantemente na rua, as mulheres são vítimas no cotidiano de suas próprias casas, sofrendo agressões de diversas naturezas e grandezas. Abordar o tema, portanto, é uma oportunidade de expor o lado mais frágil dessa relação e entender que, por trás de uma violência perpetrada, existe uma grande desigualdade entre indivíduos.

REFERENCIAL TEÓRICO

As mulheres, desde muito cedo, são ensinadas a ter certos comportamentos que direcionam o tipo de roupa que devem vestir, com quem devem andar, como devem se portar e as atitudes diante da vida e do outro, vítimas de uma cultura machista que assola o sistema social de relações – a isto dá-se o nome de patriarcado (SAFFIOTTI, 2004).

O patriarcado é um sistema sexista que disciplina corpos e relações, condicionando as mulheres a uma posição de subalternidade. Por consequência, ela fica submetida a uma assimetria de poderes que lhe confere vulnerabilidade (FEDERICI, 2017).

Segundo o levantamento solicitado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2021, 24,4% das mulheres brasileiras reportaram ter sofrido algum tipo de violência de gênero: física, psicológica, moral ou sexual. O estudo ainda indica que a violência de gênero diminuiu nas ruas e aumentou dentro de casa, perpetrada principalmente por companheiros, ex-companheiros e namorados das vítimas; também ficou visível que as vítimas de violência doméstica foram as que mais perderam renda e emprego na pandemia.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo geral entender os princípios geradores da violência de gênero e como ela se manifesta no seio da família e da cidade, avaliando em que nível está interposta na cidade de Patos – PB.

MÉTODOS

O trabalho apresenta uma abordagem descritiva acerca do estudo da violência de gênero na cidade de Patos-PB. Para tal, foram estudados os conceitos de gênero e patriarcado (SAFFIOTTI, 2004), as dinâmicas de poder e os papéis sociais das relações (IDEM), e a interseccionalidade da violência (CRENSHAW, 2002), discutidas sob a ótica da divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2017). Os achados foram discutidos confrontando-se a revisão bibliográfica de literatura e o contexto da violência na cidade de Patos-PB.

[17] Estudante de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
[18] Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIP (orientadora).
[19] Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIP.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme a Comissão Parlamentar de Inquéritos, instalada em maio de 2019, Patos está entre as três cidades com maior índice de violência contra a mulher na Paraíba. No ano de 2017, a Delegacia da Mulher registrou 315 atendimentos na cidade, enquanto, no primeiro semestre de 2018, registraram-se mais 136 casos.

No Estado da Paraíba, em média, são registrados 26 crimes contra as mulheres todos os dias. Apesar da Legislação ter pré-requisitos de proteção à vítima e medidas de punição aos agressores, como a Lei Maria da Penha, por exemplo, o medo e os traumas da violência assolam as vítimas que procuram por socorro e/ou ajuda. Fato é que, em vez de vítima, a mulher "se torna" ré, tendo que gerar provas que pactuem contra o agressor.

Em novembro de 2019, durante a participação na 15ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa, a 2ª Vara Mista da cidade de Patos sentenciou 38 processos de violência de gênero, enquanto inúmeras outras vítimas permaneceram caladas vivendo com seu agressor. Isto remete a um padrão "esperado" de analogia, em nível de Brasil: infelizmente, a maioria das vítimas não fazem NADA em relação à agressão, qualquer que seja a gravidade da ocorrência; uma pequena parcela procura ajuda da família, dos amigos ou da igreja; e somente um ínfimo percentual chega a denunciar o agressor; os casos de denúncia pública foram ainda menos frequentes.

Isto revela que os dispositivos legais para proteção e punição, como a Lei Maria da Penha, por exemplo, não se mostram de grande representatividade na cidade, sendo assim, pode-se dizer que esse contexto é bem traduzido pelo conhecido jargão: "em briga de marido e mulher, não se mete a colher".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conquista de voz e de espaço, dentro da perspectiva de gênero, é uma luta de avanços e retrocessos, marcada por relações assimétricas de poder. Embora reconheça-se progressos, a divisão sexual dos indivíduos permanece discriminatória, sendo propulsora de grandes violências e invisibilidades. Infelizmente, a ideia de lar, como um lugar prioritariamente "de mulher", continua condenando o corpo e a identidade feminina a uma ameaça crescente de violência, o que pôde ser visto a partir dos dados resumidamente apresentados neste trabalho. Isto implica que há impactos significativos na vida destas vítimas e de muitas outras mulheres, marcadas por um estigma que as inferioriza e invisibiliza.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Violência de gênero; Impacto social.

REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In:* **Painel 1 – Cruzamento: raça e gênero.** p. 7-16, 2002.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Editora Elefante, 2017.

PAULO, Paula P. **Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa.** Portal G1, 2021.

RODRIGUES, Maria do Carmo F.; TOMÉ, Cibele A. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NA CIDADE DE PATOS-PB: Estabelecendo Melhorias nos Processos Organizacionais da Gestão Pública.** Repositório Digital IFPB, 2018.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Lila. **Violência Doméstica: 2ª Vara Mista de Patos registra 1.420 processos arquivados em 2019.** Tribunal de Justiça da Paraíba, 2019.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

A FORMAÇÃO DO (A) PROFESSOR (A) NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: AVANÇOS E COMPLEXIDADES

Maria do Socorro de Lucena Silva[1]; Edilene Araújo dos Santos[2];

edilene2santos@gmail.com; edilenesantos@fiponline.edu.br

Professoras do Centro Universitário de Patos-UNIFIP

GT: Relações Étnico-Raciais e Educação

INTRODUÇÃO

A sociedade do século XXI apresenta mudanças complexas, mas também avanços, principalmente no contexto educacional. Neste âmbito, é verificado em todas as modalidades de ensino (des) construções de currículos e matrizes curriculares e, consequentemente concepções e práticas docentes desde á Educação Básica à Superior. Vale ressaltar que as instituições de ensino têm como função social formar indivíduos nos campos ético, filosófico e social. Sendo assim, o exercício da docência constitui-se como um fenômeno construtor do pensamento crítico dos indivíduos. Paulo Freire (1996, p. 47) assegura que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria produção ou a sua construção". Conforme o autor, o ensino não é a reprodução de conteúdo, mas a construção do conhecimento significativo contribuindo para a vida cidadã. Desta feita, a Educação Superior deve estar amparada em novas diretrizes curriculares, o professor deve estar em formação contínua e em serviço para que atenda aos anseios da educação atual. Este estudo está inserido na área de conhecimento Educação, Relação Étnico-Raciais e Direitos Humanos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação superior é a modalidade que compreende o grau mais elevado da educação brasileira. Sob este viés, sua principal finalidade segundo o artigo I da Lei de Diretrizes e Bases (Lei Nº 9394/96) é estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.

De acordo com os referidos preceitos, a educação superior deve contribuir para o fomento à produção cultural e científica, bem como o desenvolvimento da produção científica. Entretanto, percebe-se que vivemos um momento de difícil compreensão a respeito da função social da educação superior. Esse cenário é perceptível no espaço acadêmico que vem concentrando excessivamente suas atividades em ensino, fazendo com que o docente desvie-se de perfil proativo nas novas tecnologias, pesquisa e produções culturais desta forma, uma formação mais técnica e muitas vezes descomprometida com as questões sociais. Neste âmbito, assegura Chauí (1999, p.2), "[...] à docência não entra na medida da produtividade e, portanto, não faz parte da qualidade universitária."

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

Vale ressaltar que as matrizes e diretrizes curriculares sofreram mudanças significativas para acompanhar às exigências legais, bem como o mundo contemporâneo e as próprias ocorrências do exercício da docência, a exemplo, o desafio de superar o ensino reprodutor de conteúdos definido por Paulo Freire (1974) na sua obra Pedagogia do Oprimido como educação bancária. Desconstruir tal prática implica em implantar práticas pedagógicas dialógicas e inclusivas que contemplem os vários tipos de conhecimento.

Assim sendo, às vezes nos deparamos com instituições universitárias que passam para os docentes, como função social da universidade, apenas uma vertente da Educação Superior: dar aulas. No que se refere à reitoria, coordenação de cursos e colegiado de curso, é necessário maior rigor quanto à formação do professor, uma vez que a função deste profissional deve estar centrada, além de sensibilizar os estudantes para o processo de ensino e aprendizagem,a produção científica, como também contribuir para o desenvolvimento da formação humana e social. Vasconcelos e Oliveira (2011, p.4) afirmam que "a qualidade, da docência é um fator importante que, com frequência, tem sido ignorado pela universidade".

OBJETIVO

Analisar as complexidades e os avanços da formação do professor na Educação superior.

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como pesquisa descritiva, uma revisão bibliográfica, de nível qualitativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode-se perceber que é o professor que faz a grande revolução transformadora para que os estudantes atuem de forma participativa e reflexiva, assim declara Tardif (2008, p. 33), "o saber docente se compõe, na verdade, de vários saberes provenientes de diferentes fontes". Isso se cristaliza numa prática voltada para a pedagogia de projetos de pesquisa, extensão, monitoria acadêmica, tutoria acadêmica universitária que enfoca a interdisciplinaridade e a contextualização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebemos que o processo de formação docente passa por transformações que exigem das instituições de ensino e, particularmente dos docentes novos perfis ,como profissionais proativos quanto ás novas metodologias, tecnologias e pesquisa para que contribuam na formação de novos cidadãos dotados do conhecimento científico e tecnológico aptos a exercerem a cidadania.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

Neste estudo refletiram-se alguns entraves que evidenciam as dificuldades da docência na educação superior: a qualidade do ensino muitas vezes comprometida pelas metodologias conservadoras, o excessivo valor atribuído ao ensino em detrimento das pesquisas e de outros saberes, os quais são essenciais para formação do indivíduo como também a reflexão por parte dos próprios docentes e das universidades quando se refere à sua função social.

Conclui-se, deste modo, que o docente deve requerer uma concepção crítica da sua própria prática pedagógica de modo que por meio da propositura, aplicação e apropriação dos diferentes saberes, sua atuação favoreça a construção de novos conhecimentos.

PALAVRAS-CHAVES: Professor; Docência; Educação Superior; Pesquisa;Extensão.

REFERÊNCIAS

BRASIL,**Lei de Dretrizes e Bases da Educação Brasileira**- LDB 93/94/1996.

CHAUÍ, M. Universidade Operacional. **Revista da avaliação da educação superior**, Sorocaba, SP,v. 4, n. 3, p. 3-8, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo:Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura).

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 16. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes,2014.

VASCONCELLOS, M. M. M.; OLIVEIRA, C. C. **Docência na universidade:** compromisso profissional e qualidade de ensino na graduação. Santa Maria, Educação, v. 36, n.2, p. 219-234, maio/ago. 2011

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

TRABALHO DOMÉSTICO E MÍDIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA FORMA COMO O JORNAL UOL NOTÍCIAS INFORMA O CASO DA PRIMEIRA MORTE POR COVID-19 NO BRASIL

Maria do Socorro Batista[1]
Maria José Batista de Sousa[2]
mariasocbatista@gmail.com
GT: Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade;
Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais – UERN/RN

INTRODUÇÃO

No período que compreende o início da disseminação dos casos da Covid-19 no Brasil as grandes massas se colocavam para uma atenção maior aos meios de comunicação social. Dessa forma, a mídia se tornava ainda mais presente no cotidiano dos brasileiros. Põe-se, então, o questionamento de como esta mídia propagou a notícia da primeira morte por covid-19 no Brasil que se materializou no corpo de uma mulher negra trabalhadora doméstica.

REFERENCIAL TEÓRICO

As condições postas ao trabalho doméstico no Brasil perpassa a realidade de uma sociedade orientada pela sociabilidade burguesa, que se estrutura no país fortemente arraigada no racismo e no patriarcado utilizando desses para potencializar a exploração da classe trabalhadora pela chamada divisão sexual e racial do trabalho.

Nesse sentido, segundo Cisne e Santos (2018), a luz dos trabalhos da Kergoat (2009) na divisão sexual do trabalho se atravessa uma hierarquia posta entre homens e mulheres, em que ao primeiro se põe numa condição privilegiada de poder, estando este historicamente em ocupações de maior valor social, no âmbito da esfera pública e as mulheres numa condição de inferiorização, majoritalmente no âmbito do privado, dentro da dinâmica entre produção e reprodução social.

Outrossim, no que se refere às determinações postas pela raça, colocamos os apontamentos de Almeida (2019), quando o mesmo afirma que o racismo, normaliza a superexploração do trabalho, que consiste entre outras implicações no pagamento de

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Bolsista CAPESS .

[2] Graduada em Serviço Social – Centro Universitário (UNIFIP).

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador.

Estas determinações ficam nítidas nas relações que caracterizam o trabalho doméstico no Brasil, quando o IBGE (2020) informa que 96% desse trabalho é executado por mulheres, destas 62% mulheres negras. Ainda 75% dessas trabalhadoras não possuem carteira de trabalho. Dados que apontam a desvalorização desse trabalho e quem são os sujeitos impactados com essa realidade.

Posto isso, e partindo para a análise de como a mídia expõe as condições desse trabalho enfatizamos que compreendemos o conceito de mídia não apenas como meio de transmitir informações, desenhada de neutralidade. Entende-se, com base nos estudos de Gramsci (1977), que a mídia constrói opiniões e "verdades". Dessa forma, ela contribui de modo muito efetivo na formação do pensamento dos indivíduos, isto é, a visão que estes têm sobre determinada realidade.

Para o autor, a mídia possui esta influência uma vez que a classe dominante repassa sua ideologia e realiza controle do consenso através de uma rede de instituições culturais denominados "aparelhos privados de hegemonia", sendo a mídia um desses. Assim, um conjunto de ideologias são formadas historicamente.

OBJETIVO

O referido trabalho tem como objetivo analisar a forma como o Jornal Uol Notícias informou a primeira morte por Covid-19 no Brasil e os impactos ideológicos que estas informações provocam acerca da realidade do trabalho doméstico.

MÉTODOS

Analisamos os trechos divulgados pela página eletrônica do Jornal Uol Notícias, que divulgaram a notícia da primeira morte por Covid-19 no Brasil, também nos auxiliaram uma revisão de literatura e dados do IBGE (2020). Optamos por uma análise a partir do materialismo histórico dialético, considerando a totalidade das relações sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisarmos a forma como a notícia da morte por Covid-19 da trabalhadora doméstica foi veiculada identificamos como a ideologia burguesa se propaga de modo a

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

invisibilizar as pautas da categoria das trabalhadoras domésticas e mascarar as contradições postas a uma sociedade capitalista, que em tempos de crise potencializa-se a exploração dos mais oprimidos:

> A idade avançada e os problemas de saúde de uma empregada doméstica de 63 anos não a impediam de percorrer semanalmente 120 km de sua casa humilde em Miguel Pereira, no sul fluminense, até o apartamento onde trabalhava [...]. "Ela era muito trabalhadora. Pegava três conduções para chegar ao trabalho. Para voltar, era a mesma coisa: dois ônibus e um trem. Ela saía de casa no domingo e só voltava na quinta", contou a cunhada. [...] A patroa voltara de viagem recentemente da Itália, país que já registra o maior número de mortes pela doença, e aguardava o resultado do exame quando a empregada chegou ao trabalho no domingo [...]. (UOL NOTÍCIAS, 2020).

Observa-se a notícia que em tese teria o objetivo de informar a primeira morte por Covid-19 no Brasil e as circunstâncias que a vítima contraiu a doença introduz a informação colocando ênfase a uma romanização das condições degradantes do trabalho doméstico.

Assim, a forma como se exalta a rotina degradante posta à trabalhadora doméstica, que apesar do trabalho sofrido, idosa e com problemas de saúde percorre uma longa distância para chegar ao seu trabalho produz uma visão passiva ao leitor- ouvidor e aceitação de tal realidade. Apesar da notícia expor as condições precarizadas do trabalho não são apresentadas dentro de uma problematização.

O efeito desse tipo de noticiário no imaginário social é o reforço a naturalização das condições precarizadas do trabalho doméstico, distanciando uma identificação crítica da relação de gênero, raça e classe posta ao mesmo, como discorridos pelos estudos de Cisne e Santos (2020) e Almeida (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, entendemos como a mídia brasileira contribui para persistência da invisibilidade da precarização do trabalho doméstico no Brasil, uma vez que esta mascara os desdobramentos históricos e estruturais do trabalho doméstico, fortalecendo a ideologia burguesa, que negam esta realidade.

Ademias, tal ideologia remete-se ao controle às massas, que ao não refletirem sobre estas realidades dificulta-se sua própria compreensão enquanto classe trabalhadora, ainda mais a compreensão da totalidade do domínio burguês.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

PALAVRAS-CHAVE: Ideologia Burguesa; Mídia brasileira; Trabalho Doméstico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S., L.; SUELI, C. **Racismo Estrutural**. Feminismos Plurais. 2019. Pólen. São Paulo, 2019

CISNE, M.; SANTOS, S., M., M. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 2018.

GRAMSCI, Antônio. Maquiavel.**Quaderni Del cárcere.** 2. Ed. Edição crítica de Valentino Gerrantino Gerratana. Turim: Einaudi,1977,4v.

IBGE- **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua**) – dados 40 trimestre de 2019 e 2020. Elaboração : DIESSE. Disponível em< https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>. Acesso em 15 de Nov. de 2021.

Primeira vítima do RJ era domésticas e pegou Corona Vírus da Patroa em Leblon. UOL NOTÍCIAS 19/03/2020. Disponível em<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima- do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>. Acesso < 10 de abril. de2022.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

GÊNERO E CIDADE: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DO ESPAÇO URBANO NO DESLOCAMENTO ATIVO DA MULHER EM PATOS-PB

Pereira, Letícia Montenegro Cordeiro[20]; Medeiros, Luana Stephanie de[21]; Falcão, André Gonzaga[22]
Centro Universitário de Patos

leticiapereira@arq.fiponline.edu.br
GT: Gênero, Sexualidade e Direitos humanos
Curso: Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO

Atualmente, as mulheres encontram uma voz mais expressiva na sociedade, podendo falar mais abertamente sobre suas necessidades e direitos, sem medo de serem rechaçadas, ignoradas ou punidas, por se colocarem em busca de equidade no âmbito da vida cotidiana. Neste sentido, o estudo sobre o comportamento da mulher, sob a influência do espaço urbano, vem corroborar com a desmistificação de estigmas culturais, atribuídos a ela, somente por se fazerem presentes na cidade. Ao estudar o espaço, estuda-se sobretudo a manifestação da sociedade e, como tal, os benefícios atribuídos a uns em detrimento de outros. Portanto, pode-se dizer que a cidade é desigual, fazendo com que um simples caminhar possa ser uma tarefa prazerosa ou demasiado inquietante, a depender se o indivíduo é homem ou mulher, considerando-se ainda, que outros fatores os diferenciam como cor, classe social, idade, escolaridade, etc.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Estado Democrático de Direito assegura o exercício do direito e da cidadania como valores supremos da sociedade. Mas até que ponto isso é real? O que torna estes direitos questionáveis, na prática, são as problemáticas que põem em xeque a sua realização. Deste modo, percebe-se que o direito é parcial e se manifesta gerando posições de superioridade ou inferioridade/vulnerabilidade, conforme os marcadores sociais da diferença.

Essa realidade é vista nas ruas, na vida comum, na experiência do espaço urbano. Pelo simples fato de estarem nas ruas, mulheres são comumente associadas a objeto de desejo e apropriação sexual, sendo acometidas por importunações do tipo: “gostosa”, “princesa”, “tesão”, que geralmente estão acompanhadas de comportamentos que a desvinculam do direito à cidade.

Numa perspectiva de que a cidade é projetada por homens e para homens é “corriqueiro” que meninas e mulheres encontrem “perigo” na travessia de ruas, calçadas ou vias públicas, deparando-se com a ameaça cada vez mais crescente de violência, principalmente de caráter sexual.

[20] Estudante de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
[21] Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIP (orientadora).
[22] Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIP.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

Apesar do espaço urbano ser destinado a todos os cidadãos, independentemente do gênero, idade, cor, orientação sexual etc., existe uma disfuncional apropriação quando se avalia a disparidade entre gêneros.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo geral verificar a influência do espaço urbano no comportamento social feminino, tomando como base a análise espacial do trecho entre a Praça Edivaldo Mota e a Travessa Pedro II, na cidade de Patos-PB.

MÉTODOS

O estudo utiliza uma abordagem quali-quantitativa que considera o fator de caminhabilidade para mensurar o comportamento social urbano da mulher, tomando-se como base a travessia entre a Praça Edivaldo Mota e a Travessa Pedro II, na cidade de Patos-PB. Para tal, foram estudados as questões relacionadas ao Gênero e à vulnerabilidade, os espaços públicos e a segurança de mulheres e questões relacionadas ao direito à cidade. Fez-se, portanto, além da revisão bibliográfica, uma consulta pública online a homens e mulheres[23], relacionando-os comparativamente aos achados da análise espacial. Emitiu-se, então, um diagnóstico das condições de segurança e vulnerabilidade feminina no trecho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pela análise, percebeu-se uma relação direta entre a dificuldade de caminhabilidade nos trechos, para ambos os gêneros, e uma maior vulnerabilidade do público feminino em relação à segurança local, principalmente no período noturno. Analisando-se a conformação urbana, percebeu-se que a presença de fachadas inativas, hostis e a ausência de mobiliário urbano, como postes de iluminação, por exemplo, produziram menor sensação de seguridade. A ausência de calçadas caminháveis e faixa de pedestres também comprometeu o deslocamento, assim como a falta de policiamento local.

As informações colhidas espacialmente e confrontadas com o depoimento dos entrevistados ratificam os achados: enquanto homens se sentiram mais “seguros” para executar a caminhada no trecho, as mulheres demonstraram maior vulnerabilidade em relação à percepção de seguridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revela a relevância de questões relacionadas à vulnerabilidade do público feminino na caminhabilidade dos espaços públicos, pois as mulheres são mais afetadas que os homens ao fazerem determinados percursos, principalmente à noite, em decorrência de má iluminação, muros altos e da falta de segurança pública no local.

[23] Trabalho submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa: CAAE: 38650220.4.0000.5181, parecer 4.309.565.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

Neste sentido, fica evidente que as percepções espaciais/comportamentais advindas da caminhabilidade evidencia uma inequidade de apropriação do espaço por homens e mulheres, uma vez que as mulheres sentem maior insegurança para fazer tais trajetos.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Equidade; Espaço Urbano.

REFERÊNCIAS

GIANNOTTI, et al. Gênero e andar a pé: A qualidade do ambiente construído incentiva igualmente mulheres e homens a caminhar? In: LINKE, C. C.; ANDRADE, V. **Cidades de Pedestres: A Caminhabilidade no Brasil e no Mundo.** Babilônia Cultura Editoral. Rio de Janeiro, 2017.

JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SANTOS, Sherley Terra Lara dos. **Viabilizar ou Invisibilizar: Uma crítica feminista à cidade.** [S. l.], p. 1-6, 24 nov. 2015.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA: REFLEXOS DA SOCIEDADE EM SALA DE AULA

Fernando de Oliveira Morais[1]
[1]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFIP Centro Universitário de Patos
moraiss.fernandoo@gmail.com
GT: Direitos humanos, gênero e sexualidade
Curso: Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO

Cotidianamente notícias são publicadas acerca das relações de gênero, sexualidade e direitos humanos, ressaltando suas conquistas e impasses nos mais diversos tipos de violação de direitos, bem como das temáticas antirracista, LGBTQI+[24] e feminista. Neste aspecto, cabe a discussão da diversidade humana em sala de aula.

REFERENCIAL TEÓRICO

A docência requer a reflexão e a revisão da prática pedagógica para identificar os fatores estratégicos a serem utilizados para promover a aprendizagem significativa de todos os alunos, possibilitando a geração de uma reflexão crítica acerca do mundo no qual vivem, como preconiza Paulo Freire (2000). De acordo com Giddens (2005, p. 24) grande parte dos indivíduos vê o mundo a partir de características familiares de suas próprias vidas, portanto, a sociologia oferece uma oportunidade aperfeiçoada para alterar as condições estruturais do mundo social.

OBJETIVO

Nesta conjuntura o presente trabalho propõe expor e discutir a metodologia de ensino e os resultados alcançados na disciplina Sociologia e Antropologia[25] durante os semestres de 2017.2 a 2019.1, quando ainda era exclusivamente vinculada ao curso de Arquitetura

[24] Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer,* Intersexuais, + é utilizado para incluir mais grupos e variações de sexualidade e gênero, como: assexuais, curiosos, aliados, pansexuais, polissexuais, familiares, 2-espíritos e *kink*).
[25] Ofertada no 2º período letivo, com carga horária total de 40 horas, em modo presencial.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

e Urbanismo das Faculdades Integradas de Patos (FIP), atualmente Centro Universitário de Patos (UNIFIP), ministrada por este autor.

MÉTODOS

O método aplicado na disciplina provém da Taxonomia de Bloom[26], na versão "revisada" em 2001, por ela possibilitar auxiliar na identificação e na declaração dos objetivos ligados ao desenvolvimento cognitivo que engloba a aquisição do conhecimento, competência e atitudes, visando facilitar o planejamento do processo de ensino e aprendizagem (FERRAZ; BELHOT, 2010). Na atual Taxonomia de Bloom, a base das seis categorias possui o princípio da progressão da complexidade: lembrar, entender, aplicar, analisar, sintetizar e criar (ordem crescente). Então, as três avaliações respectivamente seguiram a proposta da metodologia: entender (o problema), analisar (a questão) e criar (o objeto).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A metodologia elaborada propôs inicialmente que os alunos formassem grupos, e, que investigassem temas sócioespaciais conflitantes nas cidades a partir da sua observação, entendendo a cidade como *locus* da materialização das experiências humanas (ROLNIK, 1988). Cada grupo poderia escolher qualquer tema que sentisse afinidade ou curiosidade de explorar durante todo período da disciplina, já que o interesse autêntico poderia resultar em produções mais elaboradas, seja por motivação pessoal ou por curiosidade de investigar tal questão. Vários temas foram elencados em todos os semestres, citando enfaticamente para este GT: homofobia, transfobia, xenofobia e violência contra a mulher - assuntos constantemente e cotidianamente trazidos na mídia, e, passiveis também de serem vividos pelos próprios estudantes.

A primeira unidade consistia em entender os conceitos, fundamentos, origens, causas, dados estatísticos e possíveis soluções a partir de exemplos nos cenários internacional, nacional e local. O produto elaborado foi um seminário, objetivando trabalhar a competência: 1) capacidade de identificação de problemas sociais; e, as habilidades de:

[26] A Taxonomia de Bloom, ou taxonomia dos objetivos educacionais, foi criada em 1956 por uma comissão multidisciplinar de especialista, liderada por Benjamin S. Bloom e consiste em um conjunto de três modelos nos domínios cognitivo, afetivo e psicomotor. Os modelos têm uma estrutura de organização hierárquica, classificando os objetivos de aprendizado em níveis de complexidade e especificidade, além de analisar diferentes níveis de aquisição e uso de conhecimento (DUTRA, 2020).

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

1) interpretação, classificação, comparação, síntese e inferência do processo de organização da cidade e da sociedade; 2) desenvolver capacidade de realizar uma pesquisa bibliográfica e aplicar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

Após adquirir o conhecimento técnico na unidade anterior, a segunda unidade almejava analisar conexões sociais com diferenciação de opiniões contrastantes a partir de três posicionamentos: 1) do réu - compreender as motivações; 2) das vítimas - "dar voz" e visibilizar as pessoas que convivem com esses problemas; 3) dos mediadores acadêmicos / administrativos / jurídicos - informar o que diz a literatura e/ou a lei. O produto realizado foi um curta-metragem em formato de documentário, com materiais elaborados de fonte autoral (com entrevistas semidirigidas) e/ou provenientes da internet (com citação das suas respectivas fontes). A unidade possuía a competência: 1) assimilação do contexto social e cultural da sociedade; e, as habilidades de: 1) realizar entrevistas; 2) dominar a capacidade de execução e produção documentário em programas de edição de áudio e vídeo;

Por fim, a última unidade, e, a mais complexa, tinha como objetivo a criação de uma exposição artística em formato de um *stand* em escala humana que representasse materialmente o tema, como trabalho original por parte do estudante que compilaria todos os conhecimentos adquiridos anteriormente, expressados por meio de diferentes materiais, formas e símbolos. As habilidades adquiridas foram: 1) dominar a capacidade manual com manejo de diferentes materiais; 2) desenvolver a criatividade; 3) aguçar a noção de espaço; 4) trabalhar o poder de síntese. Em todas as unidades os estudantes desenvolveram a habilidade de dominar a capacidade de leitura, expressão oral e escrita, de autoaprendizagem, sociabilidade e trabalho em equipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o educador atuou como mediador entre os alunos e os variados conteúdos sócioespaciais. Neste ponto, o ensino visou refletir posições frente à realidade, momentos do desenvolvimento e da dinâmica social, preocupações e interesses de classes e de grupos determinados, onde os objetivos, competências e

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

habilidades foram atingidos, possibilitando a construção de uma consciência crítica nos estudantes acerca da nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia; Antropologia; Sociedade; Direitos humanos; Ensino.

REFERÊNCIAS

DUTRA, Rodrigo. Taxonomia de Bloom: Entenda e aplique em 2021. **Tutor mundi**. 2020. Disponível em: https://tutormundi.com/blog/taxonomia-de-bloom/ Acesso em: 17 abr. 2022.

FERRAZ, Ana Paula do Carmo Marcheti; BELHOT, Renato Vairo. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 17, n. 2, pp. 421-431, 2010. Acesso em 13 abr. 2022.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GIDDENS, Antony. **Sociologia**. 6ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

HÁBITOS DE LEITURA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE

Marina Donária Alvarenga de Lacerda[27]; Victória Leite Tôrres Alves[28]; Flaubert Cirilo Jerônimo de Paiva[29]

INTRODUÇÃO

Este resumo expandido apresenta considerações referentes a uma análise realizada em artigos científicos cujas abordagens trouxeram informações contextualizadas aos impactos da Pandemia de Infecção pelo COVID-19 diante do hábito de leitura, sobretudo quando envolve o espaço escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou a disseminação do vírus SarsCov-2, causador da COVID-19, como Pandemia. Com isso, foi inevitável o distanciamento e isolamento social, que, no contexto educacional, refletiu nas chamadas *práticas de ensino remoto*. A situação trouxe significativos impactos, aos quais podemos verificar desde as mais variadas possibilidades de uso chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs como ferramentas de potencial didático, como também o angustiante choque de realidades entre o seleto grupo que pode fazer uso das potencialidades desses instrumentos, confrontado às pessoas que ficaram apartadas do direito básico à educação por não terem acesso à equipamentos e conectividade, capazes de fazerem fluir os processos que compreendem às dinâmicas do ensino e da aprendizagem. Nessa situação, nossa atenção foi direcionada ao hábito de leitura, que de acordo com Nesi (2020) precisou buscar ressignificações através da produção de conteúdos para os suportes digitais, em linguagens que anteriormente ficavam a cargo, prioritariamente, do texto e da escrita. Luiz (2020) traz a ideia de que houve uma necessidade de alfabetização digital, o que ajudou a estimular aos estudantes que tiveram acesso aos suportes digitais e conectividade à internet novas formas de

[27] Estudante do Curso de Graduação em Pedagogia do Centro Universitário de Patos – UNIFIP;
[28] Estudante do Curso de Graduação em Pedagogia do Centro Universitário de Patos – UNIFIP;
[29] Docente e Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Centro Universitário de Patos – UNIFIP; Doutorando em Educação pela ULHT/Lisboa; Mestre em Ciências da Educação pela ULHT/Lisboa.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

ampliarem as demonstrações de interpretações e produções de conteúdo, muitos em suportes audiovisuais.

OBJETIVO

Analisar, através de artigos científicos, os impactos da Pandemia de Infecção pela COVID-19 diante do hábito de leitura no espaço escolar.

MÉTODOS

Este trabalho foi construído através de uma Análise de Conjuntura, reforçada com a revisão de artigos científicos focados em discutir as questões de leitura no contexto da Pandemia da Covid-19. As interpretações obtidas através dos artigos foram relacionadas aos conceitos de mudança de via, apresentados por Edgar Morin, em publicações recentes, alusivas ao seu centenário. Diante dessas considerações, este estudo classifica-se como uma pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Paiva (2019) apresenta as possibilidades instrumentos audiovisuais, através de plataformas online, chamadas de *streamings*, em seus potenciais didáticos, todavia ressalta que a falta de acesso à conectividade, seja por aparelhos ou por internet de qualidade, comprometem a legitimação desses elementos. Com a situação de pandemia, verificou-se a potencialidade das Tecnologias de Informação e Comunicação assumirem um protagonismo no contexto educacional, todavia é importante destacar que o hábito de leitura surge a partir do estimulo que docentes proporcionam, através das mais diversas tecnologias, aos discentes. Com isso, buscamos reforço na ideia apresentada por Faria (1993) de que A educação tem a leitura como meio de inclusão social e de melhoria para a formação dos indivíduos, o processo de obtenção da leitura acontece naturalmente, pois se o indivíduo está com o seu emocional adequado, se tem uma boa percepções sensoriais, tendo por base os aspectos sonoros e visuais. A partir de Luiz (2020) é possível perceber que independente do suporte, seja analógico ou digital, os direcionamentos cognitivos apresentados por Piaget serão fundamentais aos estímulos que vão dar suporte à estruturação do hábito de leitura.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

CONSIDERAÇÕS FINAIS

O hábito de leitura continua sendo precedente para qualquer progresso educacional. Mesmo com a possibilidade do uso contínuo de múltiplas plataformas e ferramentas tecnológicas, é preciso considerar que a interpretação é algo que está na percepção da subjetividade de cada sujeito. Para Morin (2021), isso é o que possibilita qualquer cidadão ter condições de estabelecer criticidade, inclusive, à falta de acesso aos meios tecnológicos e conectividade com a internet, capazes de tornar pessoas autônomas, não apenas na forma de interpretar, mas de aprender a fazer uso racional das tecnologias em suas vidas cotidianas, bem como manejar instrumentos e plataformas, além de propagar livre e conscientemente as suas ideias. Para o referido autor, o combate às chamadas Fake News e ao uso tóxico de conteúdos inapropriados ao bom desenvolvimento sociocultural passam muito mais por um bom desenvolvimento cultural, pautado nas propostas freirianas, como ele menciona, do que, necessariamente, o restrito aprendizado técnico do uso de ferramentas.

PALAVRAS-CHAVE: LEITURA; PANDEMIA; INFLUÊNCIA; TICs.

REFERÊNCIAS

LUIZ, Silvania Sousa Felipe. Alfabetização na pandemia: realidades e desafios. 2020.

MORIN, Edgar. **É hora de mudarmos de via:** lições do coronavírus. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

PAIVA, Flaubert Cirilo Jerônimo de. Significados da Educomunicação e potencialidade do uso de recursos audiovisuais como instrumento didático. **Anais do VI Congresso Nacional de Educação – CONEDU.** Fortaleza, out. 2019.

NESI, Sabrina et al. PRODUÇÃO DE MATERIAIS AUDIOVISUAIS INSTRUTIVOS E INCLUSIVOS NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 12, n. 3, 2020.

FARIA, Anália Rodrigues de. O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget. In: **O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget**. 1993. p. 144-144.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

HÁBITOS DE LEITURA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE

Marina Donária Alvarenga de Lacerda[30]; Victória Leite Tôrres Alves[31]; Flaubert Cirilo Jerônimo de Paiva[32]

E-mail: marinadonarialacerda@gmail.com; victorialeite.k@gmail.com
GT: Comunicação, Mídias Sociais e Tecnologia de Informação

INTRODUÇÃO

Este resumo expandido apresenta considerações referentes a uma análise realizada em artigos científicos cujas abordagens trouxeram informações contextualizadas aos impactos da Pandemia de Infecção pelo COVID-19 diante do hábito de leitura, sobretudo quando envolve o espaço escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou a disseminação do vírus SarsCov-2, causador da COVID-19, como Pandemia. Com isso, foi inevitável o distanciamento e isolamento social, que, no contexto educacional, refletiu nas chamadas *práticas de ensino remoto*. A situação trouxe significativos impactos, aos quais podemos verificar desde as mais variadas possibilidades de uso chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs como ferramentas de potencial didático, como também o angustiante choque de realidades entre o seleto grupo que pode fazer uso das potencialidades desses instrumentos, confrontado às pessoas que ficaram apartadas do direito básico à educação por não terem acesso à equipamentos e conectividade, capazes de fazerem fluir os processos que compreendem às dinâmicas do ensino e da aprendizagem. Nessa situação, nossa atenção foi direcionada ao hábito de leitura, que de acordo com Nesi (2020) precisou buscar ressignificações através da produção de conteúdos para os suportes digitais, em linguagens que anteriormente ficavam a cargo, prioritariamente, do texto e da escrita. Luiz (2020) traz a ideia de que houve uma necessidade de alfabetização digital, o que ajudou a estimular aos estudantes que

[30] Estudante do Curso de Graduação em Pedagogia do Centro Universitário de Patos – UNIFIP;
[31] Estudante do Curso de Graduação em Pedagogia do Centro Universitário de Patos – UNIFIP;
[32] Docente e Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Centro Universitário de Patos – UNIFIP; Doutorando em Educação pela ULHT/Lisboa; Mestre em Ciências da Educação pela ULHT/Lisboa.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

tiveram acesso aos suportes digitais e conectividade à internet novas formas de ampliarem as demonstrações de interpretações e produções de conteúdo, muitos em suportes audiovisuais.

OBJETIVO

Analisar, através de artigos científicos, os impactos da Pandemia de Infecção pela COVID-19 diante do hábito de leitura no espaço escolar.

MÉTODOS

Este trabalho foi construído através de uma Análise de Conjuntura, reforçada com a revisão de artigos científicos focados em discutir as questões de leitura no contexto da Pandemia da Covid-19. As interpretações obtidas através dos artigos foram relacionadas aos conceitos de mudança de via, apresentados por Edgar Morin, em publicações recentes, alusivas ao seu centenário. Diante dessas considerações, este estudo classifica-se como uma pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Paiva (2019) apresenta as possibilidades instrumentos audiovisuais, através de plataformas online, chamadas de *streamings*, em seus potenciais didáticos, todavia ressalta que a falta de acesso à conectividade, seja por aparelhos ou por internet de qualidade, comprometem a legitimação desses elementos. Com a situação de pandemia, verificou-se a potencialidade das Tecnologias de Informação e Comunicação assumirem um protagonismo no contexto educacional, todavia é importante destacar que o hábito de leitura surge a partir do estimulo que docentes proporcionam, através das mais diversas tecnologias, aos discentes. Com isso, buscamos reforço na ideia apresentada por Faria (1993) de que A educação tem a leitura como meio de inclusão social e de melhoria para a formação dos indivíduos, o processo de obtenção da leitura acontece naturalmente, pois se o indivíduo está com o seu emocional adequado, se tem uma boa percepções sensoriais, tendo por base os aspectos sonoros e visuais. A partir de Luiz (2020) é possível perceber que independente do suporte, seja analógico ou digital, os direcionamentos cognitivos apresentados por Piaget serão fundamentais aos estímulos que vão dar suporte à estruturação do hábito de leitura.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

CONSIDERAÇÕS FINAIS

O hábito de leitura continua sendo precedente para qualquer progresso educacional. Mesmo com a possibilidade do uso contínuo de múltiplas plataformas e ferramentas tecnológicas, é preciso considerar que a interpretação é algo que está na percepção da subjetividade de cada sujeito. Para Morin (2021), isso é o que possibilita qualquer cidadão ter condições de estabelecer criticidade, inclusive, à falta de acesso aos meios tecnológicos e conectividade com a internet, capazes de tornar pessoas autônomas, não apenas na forma de interpretar, mas de aprender a fazer uso racional das tecnologias em suas vidas cotidianas, bem como manejar instrumentos e plataformas, além de propagar livre e conscientemente as suas ideias. Para o referido autor, o combate às chamadas Fake News e ao uso tóxico de conteúdos inapropriados ao bom desenvolvimento sociocultural passam muito mais por um bom desenvolvimento cultural, pautado nas propostas freirianas, como ele menciona, do que, necessariamente, o restrito aprendizado técnico do uso de ferramentas.

PALAVRAS-CHAVE: LEITURA; PANDEMIA; INFLUÊNCIA; TICs.

REFERÊNCIAS

LUIZ, Silvania Sousa Felipe. Alfabetização na pandemia: realidades e desafios. 2020.

MORIN, Edgar. **É hora de mudarmos de via:** lições do coronavírus. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

PAIVA, Flaubert Cirilo Jerônimo de. Significados da Educomunicação e potencialidade do uso de recursos audiovisuais como instrumento didático. **Anais do VI Congresso Nacional de Educação – CONEDU.** Fortaleza, out. 2019.

NESI, Sabrina et al. PRODUÇÃO DE MATERIAIS AUDIOVISUAIS INSTRUTIVOS E INCLUSIVOS NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 12, n. 3, 2020.

FARIA, Anália Rodrigues de. O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget. In: **O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget**. 1993. p. 144-144.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

O ATO DA LEITURA COMO PRÁTICA LIBERTADORA – A CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA VIRTUAL JOSÉ LINS DO REGO

Francisco Klébio Monteiro da Silva[1]; Edilene Araújo dos Santos[2]; Maria do Socorro de Lucena Silva[3]

[1]Acadêmico do Curso de Letras do UNIFIP e Professoras do Curso de Letras do UNIFIP

monteiroklebio@gmail.com

GT: Comunicação, Mídias Sociais e Tecnologia de Informação.

INTRODUÇÃO

Paulo Freire (1989) ressalta a importância do ato de ler, afirmando que, além de prática prazerosa e de fruição, a leitura assume um papel político e social, atuando como uma prática revolucionária, emancipadora e de construção histórica. Seguindo por esse viés, o projeto "O ato da Leitura como Prática Libertadora – A criação da biblioteca virtual José Lins do Rego" foi desenvolvido com as turmas de segundo ano do Ensino Médio da Escola Cidadã Integral Doutor Trajano Pires da Nóbrega, visando, majoritariamente, incentivar o ato da leitura, bem como usá-lo como ferramenta política de transformação social, contribuindo assim com a edificação do projeto de vida dos estudantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A leitura é de suma importância para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional do indivíduo, visto que é feita em todos os momentos da vida, inclusive antes mesmo do Letramento. É a leitura de mundo, aquela que precede à da palavra, que faz com que o indivíduo se identifique como tal e perceba o seu papel na sociedade (Freire, 1989). Após o processo de Letramento e alfabetização, a leitura assume um papel extremamente importante para a formação cidadã, proporcionando aos sujeitos aportes teóricos variados que devem contribuir grandemente com o seu desenvolvimento e emancipação.

Com o isolamento social decorrente da pandemia do Coronavírus, um novo método de ensino, marcado por reinvenções diárias, precisou ser formulado, porém

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

evidentemente alguns aspectos foram agravados. A duração prolongada do confinamento, assim como a falta de contato com colegas, seja na escola ou na rua contribuiu, segundo Silva (2020), para que o estudante se tornasse menos ativo. Além disso, devido à quarentena, o consumo de informações por meio de dispositivos eletrônicos aumentou de forma significativa, o que consistiu numa verdadeira revolução.

Deste modo, a criação de uma biblioteca virtual é extremamente relevante devido a três aspectos: primeiro, devido à evidente defasagem no que tange à leitura; segundo, devido à função social da escola cidadã integral e terceiro, devido à modernização dos meios de consumo de mídia e, consequente, democratização da cultura.

OBJETIVO

Incentivar o ato de ler, ressaltando o seu papel social, bem como a leitura de mundo freiriana, como forma de estimular a leitura de forma prazerosa e agradável, e não como algo enfadonho, chato e obrigatório.

METODOLOGIA

O presente projeto tem um caráter de intervenção, tendo sido realizado em parceria com os estudantes mencionados, onde no primeiro momento foi realizada uma pesquisa quantitativa, de modo a observar os hábitos de leitura dos estudantes da ECI. Tal pesquisa foi realizada por meio de formulário online via *Google*. Em seguida, os dados foram analisados e, foram selecionadas as seções que comporiam a Biblioteca Virtual (Literatura brasileira, literatura em línguas inglesa e espanhola, clássicos da literatura mundial e literatura contemporânea/ infanto-juvenil).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Visando promover uma educação libertadora e emancipadora através da leitura, as ações do presente projeto foram desenvolvidas de forma totalmente remota, em consonância com a publicação da Portaria nº 418/2020 da SECCT, pelos estudantes do segundo ano do Ensino Médio da Escola Cidadã Integral [ECI] Dr. Trajano Pires da Nóbrega sob supervisão do autor.

Posteriormente, foram selecionadas as obras que estariam presentes em cada seção da biblioteca. Para essa tarefa, foi solicitada a participação dos demais docentes

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

que formam a equipe da escola, bem como de estudantes protagonistas. Após a seleção das obras, as mesmas foram inseridas em pastas no *Google Drive*.

Para facilitar a usabilidade da biblioteca, foi criada, através do *Msha.ke* uma interface gráfica focada em dispositivos com tela *touch*. O website usa cards para mostrar o conteúdo e redireciona os links para a pasta do Google Drive.

Foi firmada também uma parceria com o Clube Jornal ECI. A parceria consiste na publicação de resenhas e indicações de livros presentes na biblioteca, divulgando a ferramenta e promovendo debates variados acerca das temáticas trabalhadas em cada obra.

Através de uma *live* envolvendo toda a comunidade escolar, se deu a inauguração da Biblioteca Virtual José Lins do Rêgo. É importante frisar que as ações envolvendo a biblioteca serão contínuas e está em constante atualização e manutenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de pandemia, as opções de entretenimento ficaram mais limitadas e o hábito da leitura emergiu como importante forma de aprendizagem e divertimento. Neste sentido, a disponibilização de diversas obras literárias, filmes, curtas, gibis entre outros recursos contribuiu grandemente para o melhor desempenho dos estudantes da Escola Cidadã Integral Dr. Trajano Pires da Nóbrega, tendo fomentado o protagonismo e promovido a leitura como forma de transformar as realidades locais.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura; TDICs; Pandemia.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, P. (1997). **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SILVA, Isabella Hellen Estevão da. **O Projeto LEHIA e a sua contribuição para a autonomia de adolescentes residentes em casas de acolhimento.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

O ENSINO DE ESPANHOL EM TEMPOS DE PANDEMIA: O USO DA ARTE E DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDIFICAÇÃO DOS SABERES

Francisco Klébio Monteiro da Silva[1]; Edilene Araújo dos Santos[2]; Maria do Socorro de Lucena Silva[3]

[1]Acadêmico do Curso de Letras do UNIFIP e Professoras do Curso de Letras do UNIFIP

monteiroklebio@gmail.com

GT: Comunicação, Mídias Sociais e Tecnologia de Informação.

INTRODUÇÃO

O ensino de língua espanhola é frequentemente negligenciado pelos discentes, uma vez que, para muitos, a forma como a disciplina é conduzida não é atraente e não traz qualquer conexão com o contexto no qual o estudante está inserido. Neste contexto, o uso da arte e das Tecnologias Digitais de Informação e da Comunicação para representar a cultura hispânica se mostram grandes aliados para a ressignificação das aulas de língua espanhola, permitindo que o estudante desenvolva não apenas suas competências cognitivas, mas também emocionais, políticas e sociais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Por ser uma língua românica, isto é, derivada do Latim, o Espanhol e o Português possuem muitas semelhanças, seja do ponto de vista linguístico, semântico ou fonológico. Tal proximidade facilita o processo de aprendizagem, mas pode, em muitos casos, alimentar a crença de que a língua espanhola é idêntica à portuguesa, dispensando assim, a necessidade de estudos mais aprofundados por brasileiros. Segundo Celada e González (2005):

> O espanhol é uma língua que tradicionalmente no Brasil padecia de uma 'falta de atribuição de um suposto conhecimento' para o qual se valesse o esforço de ser estudada [...]. Sempre vivemos uma história de ignorância mútua, apoiada, no entanto - e isso talvez seja o mais problemático -, num pressuposto de conhecimento.

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

Aliado a tal concepção errônea acerca do ensino de Espanhol, o uso de um método focado na gramática normativa e na mera tradução de verbetes é uma forma de ensino que não permite que o estudante desenvolva o seu pleno potencial, visto que é um ensino desconectado da realidade e leitura de mundo. Nesse contexto, o ensino mencionado, pautado em elementos culturais e artísticos faz com que o processo de ensino e aprendizagem seja produtivo e prazeroso para o estudante.

Nessa perspectiva, de acordo com Pizarro (2010), o ensino de língua espanhola pautada na cultura dos países hispânicos, em detrimento de uma prática com foco na gramática normativa, se mostra eficaz para a aquisição da língua. Segundo o Marco Comum Europeu de Referência para as Línguas - MCER (2001):

> Ao conhecer outra(s) cultura(s), outra(s) forma(s) de encarar a realidade, os alunos passam a refletir, também, muito mais sobre a sua própria cultura e ampliam a sua capacidade de analisar o seu entorno social com maior profundidade, tendo melhores condições de estabelecer vínculos, semelhanças e contrastes entre a sua forma de ser, agir, pensar e sentir e a de outros povos, enriquecendo a sua formação.

De acordo com Schuartz e Sarmento (2020) as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) oferecem subterfúgios diversos para a construção de conhecimentos significativos de uma forma dinâmica, interativa e colaborativa, exigindo, entretanto, dos docentes uma reflexão acerca de suas práticas pedagógicas, visando a significação dos saberes aprendidos em sala de aula. Tais ferramentas foram de suma importância para a plena execução deste projeto.

OBJETIVO

Evidenciar a importância da arte e das tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem da língua espanhola.

METODOLOGIA

Tendo como base as teorias de Pizarro (2016), Celada; Gonzáles (2005), Schuartz; Sarmento (2020), este estudo realizou-se através de uma pesquisa de campo aplicada na Escola Cidadã Integral Doutor Trajano Pires da Nóbrega, localizada em Condado, Paraíba,

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi sob essa visão que as aulas de língua espanhola foram ministradas neste período de pandemia da COVID-19, espaço de tempo em que os estudantes se viram

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

muito mais desmotivados devido à adoção do ensino remoto. Para compensar essa desmotivação, foram trabalhados os temas transversais e elementos culturais dos países latino-americanos, especialmente o México, país que contém o maior contingente de falantes de Espanhol no mundo. Através de ferramentas online como o *Google Meet*, *Google Classroom, Google Arts & Culture, Mentimeter, Kahoot*, redes sociais e materiais midiáticos diversos, as atividades foram desenvolvidas ao longo do 3º bimestre letivo de 2021, enfatizando a figura de Frida Kahlo, pintora mexicana reconhecida como uma das mais relevantes artistas do século XX.

As produções dos estudantes foram publicadas na página "Frida Vive!" (@projeto_frida_vive) no Instagram. As ações desenvolvidas foram significativas para a participação e engajamento dos estudantes, tendo sido, portanto, uma prática exitosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto, assim, atingiu os objetivos propostos e contribuiu grandemente para a maior participação e engajamento dos estudantes nas aulas de Espanhol ministrada durante o período de isolamento social.

PALAVRAS-CHAVE: Espanhol; TDICs; Arte, Pandemia

REFERÊNCIAS

CELADA, Maria Teresa e GONZÁLEZ, Neide Maia. El español en Brasil: un intento de captar el orden de la experiencia. In: SEDYCIAS, João (Org.). O ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro. São Paulo: Parábola Editorial, p. 71-96, 2005.

CENTRO VIRTUAL CERVANTES. Biblioteca del profesor de español. (2001). Marco Común Europeo de Referencia para las Lenguas: aprendizaje, enseñanza, evaluación.

PIZARRO PORTILLA, M. P. A **Espanha da multicultura e o ensino-aprendizagem do espanhol como língua estrangeira.** 2010. 172 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010

Originalmente publicado na Revista COOPEX/FIP (ISSN:2177-5052). 13ª Edição - Vol. 13 - Ano: 2022. No seguinte endereço: http://coopex.fiponline.edu.br/artigos

SCHUARTZ, A.S.; SARMENTO, H. B. M. **Representações sobre Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) entre docentes de Serviço Social**. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).